

**CONFLITO, TERRITORIALIDADE E
DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS REFLEXÕES
SOBRE O CAMPO AMAPAENSE**

Roni Mayer Lomba
Katia de Souza Rangel
Geovane Grangeiro da Silva
Marcelo Gonçalves da Silva
(organizadores)



2014

UFGD
Reitor: Damião Duque de Farias
Vice-reitora: Marlene Estevão Marchetti

EDITORA DA UFGD

Coordenação editorial: Edvaldo Cesar Moretti
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Raquel Correia de Oliveira e Tiago Gouveia Faria
Programação visual: Marise Massen Frainer

Conselho Editorial

Paulo Custódio de Oliveira
Marlene Estevão Marchetti
Fernando Miranda de Vargas Júnior
Sandro Menezes Silva
Célia Regina Delácio Fernandes
Rogério Silva Pereira
Luiza Mello Vasconcelos

Diagramação
Jefferson Miranda do Nascimento

Impressão
Gráfica Off 7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C748 Conflito, territorialidade e desenvolvimento:
algumas reflexões sobre o campo amapaense. /
Roni Mayer Lomba... [et. al.] (organizadores) –
Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
144p.

ISBN: 978-85-8147-097-9
Possui referências.

1. Conflito fundiário. 2. Desenvolvimento. 3.
Territorialidade. I. Lomba, Roni Mayer. II.
Rangel, Katia de Souza. III. Silva, Geovane
Grangeiro. IV. Silva, Marcelo Gonçalves da.

CDD – 333.38

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

© Todos os direitos reservados. Conforme Lei nº 9.610 de 1998

Sumário

Agradecimentos	05
Apresentação	07
Capítulo 1	
Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra – Simone Resende da Silva	13
Capítulo 2	
A territorialidade e o modo de vida em áreas quilombolas: o caso do quilombo Curiaú – Macapá – AP - Roberto Junior de Almeida Campos	41
Capítulo 3	
Criação da reserva extrativista do rio Cajari (Amapá) e recriação do campesinato amapaense - Kátia de Souza Rangel e Roni Mayer Lomba	59
Capítulo 4	
Perspectivas para a agricultura familiar no Amapá - Irenildo Costa da Silva e Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	83
Capítulo 5	
Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011: o mito da paz no campo e a violência institucionalizada - Júnior Gomes da Silva	113

Agradecimentos

Este trabalho só pode ser efetivado pelas contribuições valorosas dos envolvidos na organização do I Simpósio Amazônico sobre Reforma Agrária, Meio Ambiente e Desenvolvimento: acadêmicos, professores e colaboradores de instituições públicas e da sociedade civil, especialmente acadêmicos e professores da Universidade Federal do Amapá, Funcionários do INCRA-AP, o Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Amapá – SINDSEP, e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Agradecemos em nome da comissão organizadora desta obra ao secretário geral do SINDSEP, Hedoelson Uchôa, pela compreensão da relevância deste trabalho, garantindo recursos indispensáveis para que a obra pudesse ser publicada e estivesse ao acesso dos interessados.

De modo geral, agradecemos a todos os parceiros institucionais, que direta ou indiretamente estimularam o nosso caminhar: Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá – IMAp; Ministério da Pesca – MPA; Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Secretaria de Juventude do SINDSEP; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/AP; além dos colaboradores externos que estiveram presentes no evento.

Apresentação

No mês de abril de 2012, em Macapá, estado do Amapá, realizou-se o primeiro Simpósio Amazônico sobre Reforma Agrária, Desenvolvimento e Meio Ambiente – Saradam, em parceria entre Universidade Federal do Amapá-Unifap, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Comissão Pastoral da Terra – CPT/AP e com apoio do Sindicato dos Servidores Civis do Amapá – Sindsep.

A proposta de criação do simpósio consistia em colocar à mesa do debate órgãos, instituições e sociedade civil para discutirem sobre a situação da reforma agrária no país e elaborarem propostas de desenvolvimento e ambiente, tendo como base ações para o estado do Amapá. Estiveram presentes no evento representantes do Instituto Chico Mendes para a Proteção da Biodiversidade – ICMBio, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/AP, do Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial – Imap/AP e do Ministério da Pesca – MPA.

Durante o evento, surgiu a proposição de criar um fórum de acompanhamento dos conflitos fundiários no Amapá (Facade), que vem atuando na intermediação de situações que envolvem riscos a

trabalhadores expulsos da terra pela força do capital e de proprietários de terras por meio da grilagem.

O Amapá nos últimos anos vem apresentando índices elevados de conflitos no campo, apresentados nos relatórios da CPT, fato que deve se ampliar ainda mais com o avanço da agricultura de escala, especialmente a soja, com a abertura futura da nova rota de exportação de grãos da região do Centro-Oeste, do Mato Grosso por estrada, pela BR163 até Itaituba-PA, transitando de balsas até o porto de Santana-AP, trajeto que interliga os rios Tapajós e Amazonas.

O avanço da agricultura moderna tende a ocupar espaços ocupados historicamente por populações tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros, fato que merece destaque e análise científica. A organização desta obra foi um dos produtos do evento para a contribuição do debate, no sentido de compreender a gênese dos conflitos, a territorialidade em que estão envolvidas essas comunidades e a perspectiva de desenvolvimento.

Os artigos apresentados procuraram debater os cenários e desafios colocados no âmbito dos conflitos fundiários que envolvem tanto o acesso à terra quanto a manutenção dos modos de vida das “maiorias desprivilegiadas” no acesso a políticas de garantias por direitos. Tem como foco, especialmente, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária e posseiros, com críticas que envolvem tanto o âmbito nacional quanto as realidades do Amapá. São trabalhos que resultam numa contribuição, um produto final do simpósio, apresentados a seguir:

O trabalho de Simone Resende, “Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra”, retoma para o centro de análise a identidade e territorialidade negra pela luta histórica dos negros no Brasil, a formação dos quilombos e a necessidade de reconhecimento dos seus territórios ancestrais. A luta das comunidades quilombolas é a luta por sua territorialidade, a negação à marginalidade colocada a esses sujeitos e a necessidade de reconhecimento dos seus direitos. O debate da autora está centrado no conceito de raça, tão cara na sociedade, que relegou historicamente aos negros, em nossa sociedade, uma condição de inferioridade.

O trabalho de Roberto Junior de Almeida Campos, “A Territorialidade e o modo de vida em áreas quilombolas: O caso do Quilombo Curiaú – Macapá – AP”, resgata o processo de territorialidade de uma comunidade quilombola localizada próximo à cidade de Macapá. Nessa comunidade há conflitos pelo uso da terra devido à sobreposição do território da Área de Proteção Ambiental do Curiaú e do território quilombola, o que impede a manutenção de antigas atividades da comunidade, como agricultura e caça. De outro modo, a pressão urbana exercida por Macapá, distante apenas alguns quilômetros do quilombo, impõe modos e práticas que diretamente colocam aos quilombolas o dilema da manutenção dos modos de vida tradicionais frente à cultura urbana, baseada no consumo material e no individualismo. Esses novos conflitos são evidenciados em suas manifestações culturais, festas e outros.

O trabalho de Kátia de Souza Rangel e Roni Mayer Lomba, “Criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá) e a recriação

do campesinato amapaense”, analisa o conceito de recriação do campesinato por meio da dialética marxista. Nesse caso, os autores analisam a teoria pela organização política dos extrativistas no Sul do Amapá, com a eminência da expulsão de suas terras, a pressão, em parceria com o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, pela criação de reservas extrativistas de uso sustentável. Compreende-se no artigo que o modo de vida e a territorialidade camponesa foram elementos fundamentais para que posteriormente houvesse condições favoráveis da organização política em prol do objetivo comum (luta pelo direito à terra/território).

O trabalho de Irenildo da Costa Silva e Antonio Sérgio Monteiro Filocreão, “Perspectivas para a agricultura familiar no Amapá” debate os cenários da agricultura familiar no contexto amapaense. Aporta-se pelos dados oficiais a importância da agricultura familiar na produção de alimentos no estado mesmo frente à marginalização no acesso à terra. Apresentam-se dados que comprovam a importância da agricultura familiar em termos de produção de alimentos e geração de emprego no campo. Apesar desse cenário, apontam-se as políticas direcionadas à agricultura familiar no Amapá como insuficientes e mal planejadas, sendo empecilhos ao seu desenvolvimento. O texto coloca em discussão a possibilidade de expansão da agricultura familiar para fins da conquista da soberania alimentar no estado, porém, sem os incentivos necessários. A agricultura no Amapá continua incipiente, coloca para o estado a necessidade de importar grande parte dos produtos alimentícios consumidos pela população.

Para finalizar, o trabalho de Junior Gomes da Silva, “Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011: o mito da paz no campo e a violência institucionalizada”, põe em discussão o contexto dos conflitos pela terra no Amapá. Esse estado pode ser considerado uma das últimas frentes de expansão da fronteira agrícola, ainda pouco explorada, mas se tornando alvo da cobiça por parte de fazendeiros, madeireiros, mineradoras, grandes empresas e garimpos pressionando os territórios em que estão estabelecidos especialmente os posseiros. No Amapá existe o mito da inexistência de conflitos pela terra, divulgado pelas mídias locais e, de certa forma, aceito por grande parte da sociedade local, fatos que o texto vai desmistificar. No estado, os conflitos pela terra basicamente ocorrem pela ação de dois agentes: o próprio estado por meio da criação de áreas de conservação para proteção integral e as empresas capitalistas e fazendeiros que, por meio da grilagem, procuram se apossar de terras alheias. As terras dos posseiros, elo mais frágil desse processo, estão constantemente ameaçadas pela falta de políticas de reconhecimento dos seus territórios. Assim também, as políticas de assentamento promovidas pelo Incra, ainda com base no modelo de colonização de terras públicas, ao invés de promoverem a desconcentração da terra e o incentivo à agricultura de pequena escala, têm realizado tais assentamentos em áreas de difícil acesso, porém, de interesse para grandes empresas (especialmente silvicultoras) e para as madeireiras que passam a explorar o novo modelo de desmatamento (manejo florestal).

Os textos apresentados neste livro podem ser considerados preliminares para o amplo debate que envolve a questão agrária no

Amapá, mas são o início e a contribuição para debates importantes a serem realizados na sociedade como um todo e para a promoção de políticas de desenvolvimento na Amazônia e, especificamente, no Amapá.

Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra

Simone Rezende da Silva

As comunidades quilombolas (negras) no Brasil enfrentam diversos obstáculos na garantia de direitos aos seus territórios ancestrais e neste contexto de lutas identidades político/culturais são criadas, recriadas ou inventadas.

A invenção de identidades político-culturais é recorrente, acontece sempre que determinado grupo se põe em movimento para reivindicar o que lhe é essencial – no caso das comunidades quilombolas, a terra.

É necessário então entender a constituição da identidade quilombola face à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico, pois o processo de territorialização pressupõe a tensão nas relações estabelecidas.

Quando um grupo se organiza em prol de territorializar-se, ele está negando o lugar que lhe fora destinado numa dada circunstância espaço-temporal, ou seja, está negando o lugar marginal que lhe fora designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas que plantam eucalipto ou cana-de-açúcar em seus territórios,

seja pelo próprio poder público que lhes impõem áreas protegidas, ambos disputando territórios com populações quilombolas.

O problema posto para pesquisa nos coloca a necessidade de uma reflexão teórica para além da luta de comunidades quilombolas por seus territórios ancestrais e encontra suas bases sobre a ideia de raça, que no contexto da colonização das Américas e instituição do capitalismo colonial eurocentrado, foi conveniente, pois implicou na classificação social pelo que se denominou “raças”.

Assim, o negro africano foi classificado como pertencente a uma raça inferior, destinada à função de servir como escravo. A desumanização do negro não foi um acaso, mas uma consequência perversa das questões econômicas, políticas e culturais em jogo naquele momento e que de certo modo permanecem até nossos dias, visto que o negro, via de regra, continua a ser marginalizado econômica e socialmente, além ainda de estar sob uma sujeição cultural em nossa sociedade, mesmo dentro de uma aparente (e politicamente correta) democracia racial.

Analisando a formação cultural de nosso país, percebem-se as marcas dessa história colonial. No Brasil, particularmente, os colonizadores exterminaram grande parte das diversas etnias indígenas existentes. Trouxeram como mercadoria os negros africanos, também de diferentes etnias, para o trabalho escravo e instituíram assim uma sociedade de dominantes (brancos europeus) e dominados (negros, indígenas e mestiços). A sobreposição entre classe social e cor continuou mesmo depois da abolição da escravatura no país. Imigrantes europeus e asiáticos (brancos e amarelos) vêm embranquecer nosso país e a lógica de classe e cor se perpetua.

As territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em situações historicamente determinadas. Se hoje existem territórios quilombolas é porque em um momento histórico dado, um grupo se posicionou aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis e instituiu um direito que fez multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais.

Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, dando continuidade à reprodução material e simbólica deste modo de vida.

A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder.

Desta forma, as comunidades quilombolas, ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, não estão apenas lutando por demarcação de terras, às quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo, estão fazendo valer seu direito a um modo de vida.

Estes territórios são alvos de diversos conflitos e disputas, pois, via de regra, são sobrepostos a remanescentes florestais, cobiçados tanto para o avanço de monoculturas – como a do eucalipto e da cana-de-açúcar, ou expansões urbanas – quanto para áreas restritas à preservação ambiental.

Desta forma, a fronteira florestal, onde primeiro os indígenas e depois os negros e mestiços vão buscar abrigo, é permanentemente alcançada pela expansão das atividades econômicas hegemônicas.

A recriação de histórias narradas e recuperadas na bibliografia e em campo remete não só às relações identitárias com o território, às relações sociais, mas principalmente a uma dor profunda de perceber-

se marginalizado pela história construída pelos dominadores. Essa consciência do lugar a que foi destinado pela sociedade e a consequente determinação em mudar de lugar ou mudar este lugar nos são informadas pela memória reelaborada, reinventada num patamar de liberdade e luta política e social por seus territórios, isto é, em uma vivência de liberdade que norteia a seletividade das lembranças e que orienta a conformação de novas identidades, como a de quilombola.

Diante da importância da memória coletiva e da oralidade, utilizaram-se recursos da História Oral para apreender materialmente vestígios históricos presentes na memória coletiva dos quilombolas, buscando a construção de uma história numa sociedade que até então não teve seus registros transcritos. Para isto, além de documentos oficiais escritos, foi utilizada a técnica de “história de vida”, abordada por autores como Queiroz (1983), Meihy (1996), Thompson (1998) e Freitas (2002), que consiste na realização de encontros entre pesquisador e pesquisado, nos quais este relata sua vida, rememora fatos importantes para ele ou mesmo parte de seu cotidiano. De acordo com Freitas (2002), a história de vida pode ser considerada um relato autobiográfico feito com a reconstituição do passado, pelo e sobre o próprio indivíduo. Um dos méritos do uso desse tipo de fonte é a possibilidade de enxergar o indivíduo como sujeito no processo histórico, pois cada um rememora ou reelabora a história por meio do seu ponto de vista.

Esta pesquisa parte dos relatos orais de populações quilombolas com o objetivo de entender as relações existentes entre memória, território e identidade quilombola pela metodologia de estudos de caso.

Para esta pesquisa interessou a memória de indivíduos enquanto partes de grupos sociais, pois a reconstrução de fatos registrados na memória reconstrói também uma visão do passado pelo do presente. Assim, tal reconstrução está impregnada da leitura simbólica com categorias do presente, mais genericamente do que os recordadores são hoje. Por isso, a memória pôde ser utilizada para pensar uma questão tão atual quanto à das populações quilombolas. Segundo Pierre Nora, memória é o que foi vivido e a história é o que foi elaborado, então a memória permite atualizar a história a todo instante.

A memória, neste sentido, é o fio condutor que nos leva à instituição de um território e à invenção de uma identidade, a de quilombola. Os encontros e as entrevistas são um meio de buscar entender a constituição da identidade quilombola frente às lutas por permanência em seus territórios, pois é em função das disputas territoriais que identidades, como a quilombola, são forjadas.

A formação dos quilombos no Brasil

A formação territorial do Brasil deu-se sob a égide colonial. A Pindorama, terra das palmeiras, como era denominado este país por seus povos originários, foi conquistada pelo colonizador europeu que aqui desenvolveu sua prática de dominação marcada pela apropriação dos espaços e pela exploração intensa dos recursos naturais, bem como dos povos aqui encontrados e que foram considerados seres inferiores, portanto, passíveis de serem consumidos.

A colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espço. A relação de

uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os 'naturais' do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local (MORAES, 2005, p. 68).

Essa é a lógica que persistirá em nossa história, pois dos colonizadores europeus passamos às elites nacionais cujo projeto territorial e socioeconômico para o país era exatamente o mesmo, o de apropriação e consumo dos recursos naturais e das gentes. Assim, a independência é um ato formal que não altera a vida socioeconômica do Brasil. O regime escravocrata, o latifúndio e a concentração de riquezas apenas se fortaleceram.

Muitas das determinações coloniais permanecem vigentes mesmo após os processos de emancipação política de tais países, uma vez que a nova ordem política é construída sobre o arcabouço econômico e social gerado no período colonial (MORAES, 2005, p. 91).

O negro, tornado escravo, foi coisificado e desumanizado. O europeu se auto-outorgou à missão civilizadora e subtraiu dos povos “colonizados” sua história, cultura e identidade. Milhares morreram nas guerras de captura na própria África, outros milhares na insalubre travessia do Oceano Atlântico para que, por fim, milhões de outros negros africanos viessem a formar a fortuna dos conquistadores, e, sobretudo, a formar o que somos como povo brasileiro.

Segundo Ribeiro (2004, p. 118), a empresa escravista atua como uma mó desumanizadora e desculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga.

A escravidão, além de base econômica da colonização brasileira, foi também o fundamento de todas as esferas da vida social e política. De acordo com Moraes (2005, p. 97), o escravismo imprime a desigualdade e a excludência como regras básicas do convívio social. A sociedade escravocrata estabelece o império da violência e o trabalho compulsório prescinde da hegemonia, pois se realiza diretamente pela força.

Ao negro foi negada a cidadania real, mesmo após a abolição da escravatura. Recusados e discriminados como mão de obra paga, muitos negros estabeleceram-se sob as bases da agricultura de subsistência, comercializando, quando possível, seus excedentes. Na maioria das vezes, esses grupos constroem coletivamente a vida sob uma base material e social, formadora de uma territorialidade negra, na qual se elaboram formas específicas de ser e existir como camponês e negro.

Um inventário parcial das informações existentes aponta para o fato de que os grupos negros vivem em bairros rurais, entendidos aqui na perspectiva desenvolvida por Cândido (1971) e por Queiroz (1976), ou então, em áreas esparsas reconhecidas como de negros. A especifi-

cidade do modo de vida demonstra existirem elementos que os diferenciam pela condição étnica e história particular de sua constituição (GUSMÃO, 1995, p. 14)

De acordo com Gusmão (1995, p. 12), a história oficial e a ideologia que lhe é própria não mostram a presença negra na terra, posto que foi assumida apenas enquanto força de trabalho escrava e, depois, livre. Disso resultam concepções enganosas e pré-noções tanto a respeito do modo de vida rural, quanto do negro, de modo geral, tornando invisível a existência de uma questão camponesa e negra.

A questão fundiária, em nosso país, está extremamente vinculada à sorte da população negra, pois ao instituir que as terras deveriam ser “compradas”, os negros foram excluídos desse processo de apropriação destas, primeiro porque eram escravizados (mercadorias) e, depois de 1888, por serem libertos, mas marginalizados na sociedade e, portanto, sem a possibilidade de adquirir terras. Embora a questão da obrigatoriedade da compra de terras afetasse também os imigrantes e os brasileiros brancos e pobres, pois para estes a terra também se tornou mais difícil; para os negros essa questão levou a uma maior marginalização, visto que se o negro não tinha terras para sua subsistência, tampouco tinha outras possibilidades de garantir seu sustento.

A história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também diversas formas de resistência negra à escravidão, como revoltas, fugas, assassinato de senhores, abortos e a constituição de quilombos.

Os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização; eles foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, não só contra a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito.

É exatamente neste ponto que o destino de negros e das florestas se encontram, pois o mesmo processo que tornou o negro mercadoria e força de trabalho escravizada em benefício de uma minoria branca também consumiu ferozmente os recursos naturais disponíveis no país, sendo as florestas atlânticas as primeiras a sofrerem drástica redução.

Há claramente o consumo da natureza e dos homens, ambos coisificados. Enquanto a conquista e consequente destruição das florestas avançavam, transformando drasticamente as paisagens, os povos que resistiam a serem explorados ou literalmente escravizados no processo de desenvolvimento que se instalava buscavam refúgio em áreas afastadas desse processo, onde a floresta consistia abrigo e possibilidade de vida em liberdade. Os indígenas, como conhecedores e muitas vezes como parte da própria natureza, conforme suas cosmologias, buscavam quando possível esse distanciamento. A eles se juntaram mestiços marginalizados e também negros que fugiam da escravização.

Especialmente ao que concerne à fuga das populações negras, tendo como destino as matas, consistiu em importante forma de resistência à escravização e uma das primeiras formas de constituição dos quilombos.

No entanto, a fronteira florestal, onde primeiro os indígenas e depois os negros e mestiços vão buscar abrigo, é permanentemente

alcançada pela expansão das atividades econômicas hegemônicas. De acordo com Antonio Carlos Robert Moraes (2005, p. 68), os atrativos evidentes – os imediatamente encontrados – comandavam a instalação inicial dos colonizadores, mas os espaços desconhecidos atuavam constantemente no imaginário, fazendo da expansão progressiva um elemento sempre presente. Este autor denomina estes espaços “desconhecidos” de fundos territoriais, pois se constituem em verdadeiras reservas aos interesses hegemônicos.

Fundos territoriais, constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos 'sertões', das 'fronteiras', dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos 'naturais'. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia (MORAES, 2005, p. 69).

Embora no caso das florestas da fachada Atlântica brasileira, por exemplo, estas tenham sido extremamente consumidas, ainda hoje é possível verificar a presença de uma fronteira florestal ocupada por várias populações tradicionais, entre as quais, muitas quilombolas.

Neste trabalho adotou-se uma concepção de território integradora que transita da definição política à cultural, pois se preocupa mais com o processo de territorialização como domínio e apropriação do espaço por populações quilombolas do que propriamente com o conceito de território. De acordo com Haesbaert:

Cada um de nós necessita, como um 'recurso' básico, territorializar-se. Não nos moldes de um 'espaço vital' darwinista-ratzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo (HAESBAERT, 2004, p. 16).

O território foi visto como um espaço físico, mas também como um espaço de referência para a construção da identidade quilombola.

Estes territórios são alvos de diversos conflitos e disputas, pois, via de regra, são sobrepostos aos remanescentes florestais atlânticos, cobiçados tanto para o avanço de monoculturas, como a do eucalipto e da cana-de-açúcar, ou expansões urbanas, quanto para áreas restritas à preservação ambiental.

Desta forma, podemos classificar estes conflitos como sendo primordialmente territoriais, visto que o que está em disputa são visões diversas sobre o mesmo espaço e que vão resultar em concepções também diversas de território. Afinal, uma Unidade de Conservação é constituída por um território jurídico e delimitado politicamente, assim como o empresário do setor agrícola verá nestes remanescentes uma frente de expansão aos seus negócios. Contudo, em nossa história tem-se ignorado que estes espaços já foram territorializados material e simbolicamente por populações tradicionais.

Nesta pesquisa, na qual lidamos por vezes com as subjetividades, com os desejos e ânsias das comunidades quilombolas com as quais nos relacionamos, o território foi considerado, antes de tudo, um

espaço de referência para a construção da identidade quilombola, pois é físico-material, é político, é econômico e é também simbólico.

A invenção de identidades político-culturais é recorrente, acontece sempre que determinado grupo se põe em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. A terra aqui é entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária à reprodução material da vida, mas também a terra onde o simbólico paira, onde a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto à terra de trabalho.

De acordo com Carlos Walter Porto Gonçalves:

A construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas também por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural. E, mais, na afirmação dessa identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os 'modos de percepção legítima' da (di)visão social, da (di)visão do espaço, da (di)visão do tempo da divisão da natureza (GONÇALVES, 2003, p. 379).

É necessário, então, entender a constituição da identidade quilombola face à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico. Por isso, talvez melhor do que discutir o conceito de território, seja discutir o processo de territorialização dessas comunidades.

A territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações produtivistas e simbólicas. Há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. O homem transforma a natureza e a natureza transforma o homem.

O processo de territorialização pressupõe a tensão nas relações estabelecidas, pois se um grupo se organiza em prol de territorializar-se, ele está negando o lugar que lhe fora destinado, numa dada circunstância espaço-temporal, por outros grupos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais de que já dispõem, ou seja, quando uma comunidade quilombola se organiza e reivindica seus direitos sobre um território ancestral, quando ela luta para se territorializar, está negando o lugar marginal que lhe fora designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas que plantam eucalipto ou cana em seus territórios, seja pelo próprio poder público que lhes impõe unidades de conservação ambientais estabelecendo uma nova territorialidade, esta de maneira autoritária.

Para o surgimento da mobilização que busca a territorialização, Gonçalves (2001) enfatiza a importância dos movimentos sociais, inventando de baixo, por baixo e para os de baixo, novos pactos, novas relações, novos direitos nos interstícios e brechas desse complexo processo de reorganização social.

Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se

movem, isto é, mudam de lugar, negam o lugar que historicamente estavam destinados em uma organização social, e buscam ampliar os espaços de expressão que, como já nos alertou Michel Foucault, têm fortes implicações de ordem política (GONÇALVES, 2001, p. 81).

As áreas escolhidas para a realização deste estudo são emblemáticas da sobreposição de territórios e dos consequentes conflitos de territorialidades. É em função das disputas territoriais que identidades, como a quilombola, são forjadas.

As territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em situações historicamente determinadas. Se hoje existem territórios quilombolas é porque, em um momento histórico dado, um grupo se posicionou aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis e instituiu um direito que fez multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais.

Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida. A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder.

As comunidades quilombolas, ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, não estão apenas lutando por demarcação de terras, das quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo, estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida.

Memória e territorialidade

Para analisar a relação das comunidades quilombolas com e nos remanescentes de Mata Atlântica e seus conflitos territoriais, foi necessário buscar a memória dessas comunidades acerca das relações, isto é, encontrar a origem dos bairros rurais negros e sua posterior identificação quilombola, a forma pela qual as comunidades organizam a produção material e as relações sociais e simbólicas dentro de um determinado contexto espacial e cultural.

Foram recolhidos registros de depoentes de um tempo passado vivido pelos membros idosos das comunidades, e foi percebida a importância das “lembranças” (“*mais fartura e liberdade*”) que constituíam a memória individual e coletiva das comunidades. Desta forma, o aprofundamento acerca desta complexa categoria tornou-se indispensável.

O fenômeno da memória em si pode ser entendido como capacidade de o indivíduo guardar seletivamente certas informações fazendo uso de funções psíquicas, cerebrais e cognitivas. As pessoas fazem uso de sua memória o tempo todo. A cada instante, seja na reprodução de um gesto corporal que em uma tenra idade apreendemos e usamos instintivamente, seja recordando a letra de uma música ou onde deixamos determinado objeto. Ao mesmo tempo fazemos uso de nossa memória, recordando situações boas ou más pelas quais passamos; que são subjetivas e que a cada momento podem aflorar de forma diferenciada de acordo com o contexto ou a nossa percepção da vida naquele instante. A memória é lida e reinterpretada pelos sujeitos, daí a sua complexidade. Alguns autores acreditam que neste processo há sempre invenção.

É comum ouvirmos expressões como “se não me falha a memória”, “memória de elefante”, “lapso de memória” ou “minhas memórias”. A visão do senso comum sobre a memória é de que esta seja um lugar profundo em nós, no qual guardamos nossas experiências; um depósito, uma espécie de caixa preta da qual tiramos e colocamos coisas, registros. No entanto, esse retirar é sempre uma leitura, mediada pelo sujeito que lê.

A memória é mais que a vivência armazenada de um indivíduo, ela forma parte de um contexto social. O que guardamos e o que excluímos depende de nossas experiências sociais e coletivas.

Embora os geógrafos tenham tradição no trabalho com entrevistas em suas análises sociais, não há entre eles uma discussão teórica consolidada e estabelecida acerca da memória como fonte de informação geográfica, apesar de muitos trabalhos recentes valorizarem este aspecto. Buscou-se então essa discussão, ainda que de forma preliminar e generalizada, na Psicologia, na Filosofia, nas Ciências Sociais e na História.

Para esta pesquisa interessou a memória de indivíduos enquanto parte de grupos sociais, pois pela reconstrução de fatos registrados na memória se reconstrói uma visão do passado por meio do presente. Como veremos, essa reconstrução está impregnada da leitura simbólica com categorias do presente, mais genericamente do que os recordadores são hoje. Por isso a memória pôde ser utilizada para pensar uma questão tão atual quanto a das populações quilombolas. Segundo Pierre Nora, memória é o vivido e história é o elaborado. Então a memória permite atualizar a história a todo instante.

Henri Bergson, filósofo da vida psicológica, persegue em sua obra uma fenomenologia das lembranças. Suas proposições, muitas vezes polêmicas, provocaram reações na psicologia social que a ajudaram a repensar o papel das lembranças na consciência atual.

Para o autor, o passado sobrevive de duas maneiras distintas: em mecanismos motores, ou seja, na repetição habitual do que aprendemos e em lembranças independentes, o que implica em um trabalho do espírito, que busca no passado representações pertinentes para serem inseridas em uma situação atual. A memória permitiria não só a relação do corpo atual com o passado, mas também interferiria no processo presente de representações.

[...] desde que pedimos aos fatos indicações precisas para resolver o problema, é para o terreno da memória que nos vemos transportados. Isso era de esperar, pois a lembrança – conforme procuraremos mostrar na presente obra – representa precisamente o ponto de interseção entre o espírito e a matéria (BERGSON, 1990, p. 4).

Bergson distingue a memória em dois planos, a imagem-lembrança, que tem data certa, refere-se a uma situação definida, individualizada, e a memória-hábito que se incorporou às práticas do dia a dia. A memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente.

Ele enfatiza a espontaneidade e a liberdade da memória, opondo-se, dessa forma, aos esquemas que a aprisionava em recônditos da mente humana. Tal seria essa liberdade que o passado se conser-

varia inteiro e independente no espírito. O passado, as lembranças estariam latentes no inconsciente.

Para Bergson, relembrar é reviver, pois ele acredita na memória como experiência unicamente individual, ele exclui o sujeito recordador de seu contexto social e cultural. Não há relação entre o sujeito recordador e as coisas ou outros sujeitos recordados. Defrontam-se apenas a subjetividade pura (força espiritual prévia) e a pura exterioridade (matéria limite e obstáculo). Esta teorização acerca da memória carece, portanto, do indivíduo enquanto ser social.

Contrapondo-se às ideias de Bergson, encontra-se a teoria psicossocial de Maurice Halbwachs, herdeiro e continuador das ideias de Émile Durkheim que enfatiza o papel das representações e ideias dos homens na sociedade, ou seja, do predomínio do social sobre o individual.

Halbwachs desloca o eixo de interesse do indivíduo para o social, ele não está interessado na memória propriamente dita, mas nas suas representações sociais, como bem aponta o título de sua grande obra *Quadros sociais da memória* (1994[1925]), pois, para o autor, o homem se caracteriza essencialmente por seu grau de integração no tecido das relações sociais, afinal, um homem que se lembra sozinho do que os outros não se lembram é como alguém que enxerga o que os outros não veem.

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente

presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. [...] É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações eram apenas reflexos dos objetos exteriores, em que não misturássemos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos ligavam a outras pessoas e aos grupos que nos rodeavam. Não nos lembramos de nossa primeira infância porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social (HALBWACHS, 2006, p. 41 e 43).

Isto quer dizer que boa parte do que somos, ou do que acreditamos ser, muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais, mas foram inspiradas nas conversas e vivências com outras pessoas. Somos criativos, mas nunca originais, pois a cultura é sempre transmissão. Com o passar do tempo, as lembranças tecem uma história dentro de nós, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que não sabemos o ponto exato de entrada em nossas vidas, pois, em geral, este é um processo inconsciente.

O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado. [...] As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um

sistema que subiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência (BOSI, 1998, p. 414).

Neste sentido, o contexto social e cultural é de extrema importância. O que definimos como nossa cultura estará na base de nossas lembranças. De acordo com Paul Claval:

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio (CLAVAL, 1999, p. 63).

Ao contrário de Bergson, para Halbwachs, lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as

experiências do passado. E esta reconstrução dependerá de como o recordador insere-se em um meio social com o qual tem uma identidade mediante a qual se constituirá a memória coletiva do grupo.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. A cada instante refazemos nossas lembranças, a todo tempo inserimos novos elementos, deslocamo-nos espacialmente, conhecemos novas pessoas etc. A mudança de perspectiva nos impõe novos conceitos sobre determinadas situações.

Ecléa Bosi, dialogando com as ideias de Halbwachs, discorre sobre a memória:

A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1998, p. 55).

Halbwachs distingue ainda a memória do adulto da memória do velho. O adulto ativo (responsável pela reprodução econômica e social

da vida), em geral, não recorre às lembranças da infância em face das questões do seu dia a dia; estas estão reservadas para os momentos de lazer e de repouso. Para ele, a lembrança é fuga. Já para o velho, as lembranças não são pontos de fuga no cotidiano, ele pode entregar-se mais detidamente a elas.

Ele [o velho] não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, percorre seus velhos papéis, suas antigas cartas e, sobretudo, ele conta aquilo de que se lembra quando pese não ter fixado por escrito. Em suma, o velho se interessa pelo passado bem mais que o adulto, mas daí não se segue que esteja em condição de evocar mais lembranças desse passado do que quando era adulto (HALBWACHS, 1994, p. 104).

Os velhos podem ser os guardiões das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros, mas também porque dispõem do lazer necessário para transmitir suas lembranças. Portanto, esse recordar tem também função social.

Desta forma, em resumo, se os velhos estão mais debruçados sobre o passado do que os adultos, não é porque há na velhice uma grande maré de lembranças: eles não têm mais recordações de suas infâncias do que quando eram adultos: mas eles sentem que, na sociedade, eles não têm nada melhor a fazer do que utilizar, para reconstruir o passado, todos os meios, dos

quais eles sempre dispuseram, mas que eles não tinham nem tempo, nem desejo de empregar (HALBWACHS, 1994, p. 105).

Particularmente, a questão da “memória dos velhos” nos interessa, afinal nesta pesquisa ela teve lugar de destaque, não só porque os velhos, os antigos, como preferem dizer boa parte dos recordadores, foram testemunhas de outros tempos, mas também porque quando exercem sua função social de recordar, ou refazer o passado, eles impulsionam o seu entorno social a agir no presente. Eles são como alicerces em uma casa em construção.

De acordo com Paul Thompson, inventar um passado imaginário, que deve ter acontecido, é uma forma de preservar suas crenças e sua ideologia, pois aquilo que o depoente acredita é, para ele, mais importante do que aquilo que realmente aconteceu.

Considerações finais

Os quilombos foram construídos como uma unidade básica de resistência do negro contra as condições de vida impostas pelo sistema escravista. Hoje, constituem um legado material e imaterial de resistência com os quais os quilombolas desenvolvem e reproduzem modos de vida característicos num determinado lugar.

Na Constituição Federal de 1988, foi assegurado às comunidades remanescentes de quilombos o direito às terras por estas ocupadas, devendo o estado atuar na titularização dessas terras. Do direito conquistado pelo movimento negro surge a identidade política do quilombola. Muitas comunidades, até então em geral ditas apenas

“comunidades negras” ou que habitavam as denominadas “terras de preto”, passaram a se assumir quilombolas. Diante deste fenômeno, houve a ressemantização do conceito de quilombo, ampliando-o, propiciando que um número crescente de comunidades passasse a se autodeterminar desta maneira.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, existem hoje no país cerca de 1.500 comunidades certificadas. Contudo, muitas comunidades rurais negras passaram a construir uma nova identidade, baseada no resgate do conceito de “quilombo”, com o aparecimento de novos atores sociais, ampliando e renovando os modos de ver e viver a identidade negra. Assim sendo, o fenômeno da memória passou a ter importância fundamental num campo de disputas primordialmente territoriais.

Em alguns grupos sociais, as lembranças e as experiências individuais e coletivas são transmitidas e partilhadas oralmente. Segundo Walter Benjamin (1983), a oralidade é um dos elementos que dá à experiência individual e coletiva o seu peso tradicional à medida que, através de um elemento dito, um testemunho histórico autêntico é entregue, passado de geração em geração. Por isso, na literatura científica, comumente estes grupos são denominados sociedades ou comunidades tradicionais.

Desta forma, as lembranças e as memórias de um grupo social devem ser entendidas como documentos históricos de igual valor aos documentos escritos, pois possibilitam outras versões sobre nossa história, que especificamente no caso das populações negras foram descritas, em geral, apenas como escravizadas ou libertas, sem os

matizes necessários ao entendimento do papel destas populações na formação do país e seu povo.

É necessário, portanto, que se proceda a uma revisão historiográfica na qual o negro seja visto como parte constituinte do que somos enquanto brasileiros e que a escravidão não seja vista como um passado distante, mas como fato que produziu marcas que persistem sem tratamento adequado em nossa formação social.

Assim, as questões que envolvem as populações quilombolas não podem ser tratadas como episódicas e isoladas, mas incluídas em planos de ações com premissas, metas, alocação de recursos e prazos determinados, ou seja, devem ser realmente incluídas e integradas no planejamento público.

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. O narrador. **Textos escolhidos de Benjamin, Habermas, Horkheimer e Adorno**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 57-74.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas e Imprensa Oficial, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo**. Brasília: IBAMA, 2003.

_____. **Geo-grafias**: movimientos sociales nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo XXI, 2001.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de pretos, terra de mulheres**: terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.

_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 189p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Educ, 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: FFLCH-USP, 1983.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. São Paulo: CLACSO, 2005, p. 227-278.

REZENDE-SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica. Territórios quilombolas e a conservação da natureza**. 2008. 355p. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado, história oral**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1989.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.

A territorialidade e o modo de vida em áreas quilombolas: o caso do quilombo Curiaú – Macapá - AP

Roberto Junior de Almeida Campos

O respectivo trabalho é fruto de atividades de pesquisa desenvolvidas na Universidade Federal do Amapá nos anos de 2011 a 2013. A proposta de investigação foi o impacto da modernidade no modo de vida e no território quilombola Curiaú, localizado no município de Macapá-AP, de tal modo que possibilitasse identificar a gênese da área de estudo e os modos de vida que lá prevalecem.

A respectiva área de estudo foi reconhecida e titulada oficialmente em 1999, a princípio, pelo Instituto Palmares, que concedeu o certificado de reconhecimento da área como sendo de Quilombo e, em seguida, o Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), que lhe conferiu o título de posse da terra, sendo este de uso coletivo. Parte do território do quilombo está inserida em uma Unidade de Conservação, uma Área de Proteção Ambiental (denominada APA) do rio Curiaú, fato que denota uma série de conflitos pelo uso da terra.

De acordo com registros históricos, o povoamento da área iniciou-se com a chegada de uma família de ascendência portuguesa que fugia de

conflitos, na antiga Mazagão Africana, colônia portuguesa tomada pelos Mouros, onde se encontra o atual território do Marrocos na África. Na companhia dessa família vieram seus escravos, que mais tarde se tornaram herdeiros das terras pela ausência de herdeiros oficiais da família.

O território do Amapá, no início da ocupação oficial por Portugal, no século XVIII, cindiu a divisão de classes sociais distintas: os brancos portugueses, majoritariamente oficiais do exército, e a força de trabalho cativa, composta por negros, escravos e indígenas. O território que compreende o Curiaú logo se tornou um local de refúgio para escravos das terras vizinhas, assim como para cativos oriundos da construção da Fortaleza de São José de Macapá.

O abrigo de escravos fugitivos concebeu as características de quilombo ao Curiaú. Logo, o Curiaú, mesmo nos tempos da escravidão, estabeleceu relações pessoais e comerciais com os aglomerados urbanos da época, em especial, Macapá.

A pesquisa aqui apresentada analisa os elementos característicos da tradição quilombola e os impactos da modernidade baseado em pesquisas qualitativas a campo.

Elas possibilitaram o entendimento dos processos presentes na comunidade, com a realização de um paralelo de discussão entre as formas tradicionais de convívio e as modernas relações que ali se instalam, como as práticas religiosas, de lazer, trabalho, entre outras.

Território e territorialidade na construção da identidade quilombola no Curiaú

Na comunidade quilombola do Curiaú, os elementos culturais são formas de assegurar a territorialidade e o modo de vida dos mora-

dores, e também resgatam e potencializam a identidade negra quilombola. Para a discussão conceitual recorreremos à compreensão sintética sobre território para inserir nossa concepção de territorialidade.

O conceito de território é utilizado amplamente na sociedade desde a formação do estado moderno, os parâmetros de sua definição eram relacionados à delimitação fronteiriça de áreas, por vias diplomáticas ou conflitivas, revelando-nos o seu caráter de domínio e poder.

Para Silva (2011, p.14):

A palavra território é utilizada desde o renascimento, a partir do campo jurídico, com a invenção dos Estados modernos e designa a área destes cujas fronteiras foram delimitadas em guerras ou pela diplomacia. Ou seja, nesta definição o território está intrinsecamente ligado ao poder e a dominação.

Ao se investigar a origem etimológica da palavra território, encontramos o seu sentido vinculado às ideias materiais e simbólicas. Remete-se às concepções de medo de entrar em determinada área, demonstrando o seu caráter de domínio sobre determinada área, ou terror.

Sobre a origem etimológica da palavra território, Haesbaert (2005, p.1 e 2) afirma:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-

política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. ...Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“posse”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

O território possui muitas definições e, por isso, ao longo do tempo, o conceito carregou muitas interpretações. Suas observações se desdobram sobre determinado ramo da realidade: político, cultural e econômico. Na Geografia, há muitos debates acerca de sua definição e, com isso, uma gama de correntes filosóficas por trás desta temática. Haesbaert analisa a desterritorialidade como mito, sugerindo uma abordagem de caráter relacional, e sugere que na construção e reconstrução do território seja possível notar que o mesmo está relacionado a uma dinâmica múltipla – podemos identificar várias perspectivas, como política, cultural e econômica.

Haesbaert entende o território nas esferas (2004, p.40):

Política (referida as relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço poder institucionalizadas); a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas das vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Econômico (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial do trabalho, por exemplo.

Nesse conjunto de observações proposto pelo autor, debruçamos nossa análise sobre o Quilombo Curiaú. Podemos observar o caráter político pela criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Curiaú e a titulação, ou seja, o reconhecimento do território pelo estado. Quanto ao viés cultural, ele se revela na revalorização das práticas culturais pela manutenção do modo de vida original. O

econômico pode ser percebido na intensa relação de trocas existentes, tanto nas práticas mercantis de compra e venda quanto na comercialização das paisagens, via exploração do turismo.

Ao reportarmos à categoria território, é imprescindível abordar conjuntamente o conceito de territorialidade. Este processo revela uma forma de relação de uso e acesso a determinado território, e, no caso do Curiaú, a manutenção e afirmação da área de vivência dos quilombolas.

A territorialidade é entendida como uma forma organizada de se relacionar no espaço, e pode ser determinada por regras sociais, como direitos constitucionais ou costumes culturais. Segundo Marques (1994 p.11), a territorialidade pode ocorrer de várias maneiras, como através de regras sociais, direitos legais ou normas culturais, ou pelo emprego da força, manifesta na violência.

Marques (1994, p.12 e 13) expõe a faceta moderna do sentido de territorialidade pela seguinte afirmação:

A territorialidade da sociedade moderna engloba todo o espaço e visa o domínio, o mais abrangente possível, do seu conteúdo com objetivo de assegurar o enquadramento das práticas sociais cotidianas e, com isso um controle social mais eficiente. A estratégia global determina o recorte e a ordenação do espaço segundo uma disposição significativa dos lugares. O território capitalista aparece fragmentado em unidades sub-territoriais como espaço da produção agrícola, da produção industrial, da atividade comercial, da

habitação, do lazer, da preservação da natureza etc. A estratégia global cria o território capitalista à medida que procura garantir a reprodução das relações de produção e este, por sua vez passa integrar a ação estratégica global como um elemento fundamental.

A territorialidade nos revela a forma como a sociedade busca manter o domínio/controlar, sendo este manifesto pelo poder. Isso nos revela como um grupo social está “intimamente ligado ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2005, p. 3).

Segundo Haesbaert, embasado em Sack (2005, p. 3):

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Diante do processo de apropriação e recriação do território, temos outro elemento a que este se interliga, a identidade. A identidade no território é um meio pelo qual os moradores conseguem manter uma relação de domínio, ou seja, exercer o poder de controle sobre a área. Esta identidade se manifesta pela ressignificação de suas práticas consideradas tradicionais, o que pode ser percebido em suas manifestações culturais.

A identidade quilombola se evidencia na comunidade em que sua afirmação e reconhecimento promoveram a territorialidade

constitucional da área (reconhecimento oficial do território Quilombola). O reconhecimento da área necessita que a comunidade cotidianamente reviva certas práticas, ditas tradicionais, mesmo que isso seja invocado na memória – nesse caso, manifesta em atividades de cunho cultural, como a religiosidade e as danças.

Nesse jogo de afirmação da identidade quilombola, temos a compreensão da territorialidade expressa no Curiaú, em meio ao processo de construção e recriação de seu modo de vida, na qual comunidade recria sua forma de se territorializar.

Modo de vida e modernidade

Na comunidade quilombola Curiaú, destacamos outro processo que se relaciona ao modo de vida e respectivamente ao território: a modernidade. Ela se insere na comunidade num processo de hibridez cultural, pois ali se identifica um contato entre o modo de vida tradicional e o modo de vida urbano-industrial.

Normalmente, ao se abordar o conceito de modo de vida tradicional, nota-se certa tendência em realizar o debate entre o moderno e o tradicional, sendo o primeiro considerado uma forma nova de reprodução de práticas cotidianas e o segundo uma maneira antiga de se realizar tais práticas. Estas discordâncias ocorrem entre a preservação das relações sociais consideradas tradicionais e a introdução de novos elementos culturais e de organização da comunidade.

No trabalho, entendemos o modo de vida atrelado a um conjunto de práticas que se desenvolvem no cotidiano de determinada comunidade, decorrente de sua historicidade e das formas como

obtém sua sobrevivência. Segundo Marques (1994, p.5-6), “o modo de vida corresponde a um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrente de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social”.

Percebemos que o modo de vida é fruto do processo de acumulação de técnicas transmitidas de maneira hereditária. Segundo Marques, embasada em La Blache (1994, p.17),

O homem criou para si modos de vidas. Com auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de intervenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio para o seu uso. Caçador, Pescador, Agricultor ele é tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que juntou por sua iniciativa a criação.

Sobre o Curiaú, abordamos dois modos distintos de vida. O primeiro, modo de vida tradicional marcado pela realização de práticas consideradas de caráter mais antigo, que se revelam nas manifestações culturais, artísticas e econômicas, apresentadas em eventos religiosos, de danças, como o Batuque e Marabaixo (dança típica de origem africana) e também a produção de farinha de mandioca por meio de práticas artesanais. O segundo refere-se ao modo urbano-industrial que tem como característica a padronização de paisagens, imagens e

formas de sociabilidade embebidas pelo consumo de mercadorias. Sobre esta, retomaremos a discussão um pouco adiante.

O modo de vida tradicional debatido neste trabalho é apresentado como um dos elementos primordiais na compreensão do modo de vida das comunidades originais, sendo o tradicionalismo interpretado por estilos/gêneros/modo de vivência da mesma. Com isso, é possível fazer a seguinte reflexão: nas comunidades tradicionais, são seus modos de vida, ou seja, seus costumes e práticas sociais do cotidiano que as definem como sendo original, vinculando-as ao processo de reprodução das práticas sociais,

Buzzulini e Suzuki (2009, p.4), em seu trabalho sobre comunidade caiçara, buscam uma definição ao conceito de tradição:

Apesar da tradição não ser entendida como algo imutável, a intensidade da incorporação de elementos da cultura urbano-industrial em comunidade de populações tradicionais, como a prainha branca, tem se dado de maneira radical e, aparentemente, irreversível, resultando numa verdadeira ameaça aos elementos que, originalmente, sempre os diferenciam da sociedade chamada. Como já citada a tradição não é estática, mas apesar de seu dinamismo, não é claro o limite até o qual a identidade dessa população caiçara continuaria existindo caso nos baseássemos na conservação dessas tradições, e a partir de que momento teria se transformado completamente, incorporando valores urbanos em detrimento de seus

próprios. Essa complexidade na definição dos critérios de definição do que seja o caiçara, em transformação, é ponto importante, que nos demonstra a tênue linha que existe ao se falar de tradições e identidade caiçara atualmente.

A cultura tradicional é definida, segundo Diegues (1996, p. 87), como: “Padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e signos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais”. Com isso, entende-se que a cultura tradicional é fruto de um aprendizado que é vivido e experimentado no cotidiano, levando a crer que esse modo de vida é dinâmico e aberto à realidade, capaz de se transformar e reinventar, ser híbrido.

O hibridismo nas falas de Canclini (2006, p.XIX) significa “processos socioculturais ou práticas discretas, que existiam de forma separada, e se combinam para gerar novas estruturas, objetos e relações”. Dessa maneira, o sentimento de tradicionalismo é fluido e permite a interação com a modernidade, movimento que ocorre com contato e assimilação da lógica moderna.

O segundo modo de vida, como destacamos, refere-se ao urbano-industrial ou moderno. Este se encontra marcado pelas características econômicas vigentes, ou seja, baseado em relações genuinamente capitalistas.

O modo de vida urbano-industrial é marcado pela racionalidade moderna, regida pela reprodução do capital, tendo como base o

consumo material e o individualismo. Esse modo de vida urbano industrial revela “a diferenciação entre os modos de vida presente no capitalismo, cujo este (sic!) relacionam-se com formas de produção e se reproduzem, incorporando e redefinindo práticas sociais com temporalidade e ritmo de movimento próprios” (MARQUES, 1994, p.24).

Em meio a esse processo de reprodução de ambos os modos de vida, temos um elemento para discussão – a modernidade. Normalmente, ela está atrelada ao sentimento de progresso, representado no slogan do novo. No entanto, essa confusão é decorrente dos símbolos e objetos do moderno, pois eles exercem um peso na vida das pessoas, na alienação pelas propagandas e meios de comunicação de massa que comercializam a satisfação e a felicidade pelo consumo em massa de mercadorias, imagens e ideologias.

Estes signos representam o modo racional de construção e reprodução do capital, que se insere no cotidiano da sociedade, exercendo um controle sobre as vidas, e se materializa nas formas de manipulação do pensar e agir social. Em alguns casos, o espírito, ou seja, o pensar tradicional, serve como dissociador do modelo racional capitalista de mercado.

O modo de vida, a identidade e a territorialidade são importantes na nossa análise. Porém, não a encerra em si mesma. Essas categorias são relevantes para criar numa comunidade o sentimento de pertencimento e a luta por direitos. Em uma comunidade organizada dentro de um objeto comum – no caso, a garantia do território – é primordial que os sujeitos ali presentes se organizem enquanto movimento social, lutem e reivindiquem seus direitos – no caso aqui representado, a regularização do território quilombola do Curiaú.

O quilombo Curiaú

Localizado no município de Macapá-AP, o quilombo Curiaú é marcado por práticas tradicionais. O modo de vida tradicional dentro da comunidade se torna uma forma de afirmar a territorialidade da comunidade, pois os moradores revivem e ressignificam costumes de seus antepassados, como nas festividades tradicionais.

Essas festividades tradicionais estão relacionadas às práticas religiosas, sendo que o momento de festejo representa uma etapa dos rituais católicos ali praticados. A dinâmica destas práticas agrega elementos da cultura afro-religiosa, revelando a forma de sincretismo religioso. Os santos ali cultuados são: São Joaquim (padroeiro da comunidade), São Lázaro, São Benedito, São Tomé, Santo Antônio e Nossa Senhora da Conceição.

As festividades tradicionais são realizadas na própria comunidade e duram cerca de sete dias. Durante esse período são realizadas novenas, ladainhas (rezada em latim), danças tradicionais e os bailes, estes últimos com características que destoam dos rituais tradicionais.

Pontuamos o batuque e o marabaixo porque suas realizações apresentam características marcantes do modo de vida tradicional. Em ambos segue o ritual de servir gratuitamente aos participantes a gengibirra (produzida com cachaça, gengibre e açúcar) e o caldo (carne de carne bovina cozida com legumes e verduras). Trata-se de uma atividade que revela a relação de compadrio e solidariedade dentro da comunidade, como forma de aproximação dos sujeitos e reforço da identidade.

O sentimento de solidariedade e ajuda mútua tornam-se presentes nas realizações das festividades, caracterizando uma forma de mobilização social dentro da comunidade, mediado pela fé do

catolicismo. Isto revela uma forma de relação social ligada ao sagrado, pois nesse caso ocorre a reunião entre as famílias – mesmo as pessoas aqui ali não moram, fazem-se presentes.

No entanto, os festejos ao longo dos tempos passaram a agregar novas formas de relações, mediados pelo modo de vida urbano-industrial. Isso é observado de maneira mais clara quando focamos a última etapa das festividades, a qual é marcada por um caráter comercial.

Nos bailes, as relações comerciais passam a ser preponderantes. Neles torna-se presente a inserção da venda de bebidas e alimentos, com a presença do vendedor ambulante nessas atividades. Na festividade religiosa colocam-se presentes de forma simultânea as duas lógicas, duas relações de modos de vida coexistindo em um mesmo espaço social, o tradicional representado pelas crenças religiosas que ali se estabeleceram há séculos, contrapondo com a inserção da festa eletrônica, representando a cultura de massa divulgada pelas mídias regionais.

Para explicar essa relação, por nós considerada contraditória, atualmente as festividades tradicionais de caráter religioso são realizadas por meio de acordos entre os promotores das festas tradicionais com aqueles que promovem os bailes eletrônicos. Na festa tradicional ocorre a oferta de alimentos (caldo) e bebida (gengibirra) a todos os participantes. Para isso, são arrecadados alimentos e outros na comunidade por meio da doação. A carne bovina para o preparo do caldo é vendida por alguns moradores da comunidade e paga com os recursos financeiros obtidos pelo baile de música eletrônica.

As festas com música eletrônica integram as festividades tradicionais. Além de atraírem o público externo e interno, acabam sendo uma maneira de arrecadação financeira para custeio do festejo. Pelo fato dessas festas incorporarem as características urbano-industriais como, por exemplo, a lógica urbana e a cultura do consumo de massa, geram circuitos de comercialização de mercadorias, favorecendo a criação de novos tipos de serviços.

As festas eletrônicas geram uma relação conflituosa dentro da comunidade quilombola. Entendendo o território quilombola como de uso coletivo, as festas eletrônicas, na realidade, beneficiam um pequeno grupo local que realiza práticas comerciais como a venda de comidas, bebidas e a prestação de serviços (estacionamentos privados). Porém, parte significativa da comunidade critica esse tipo de evento pelas diversas mazelas que produz.

Segundo moradores entrevistados, as festas eletrônicas provocam desordem, desarticulando a cultura tradicional e a própria rotina da vida na comunidade. No entanto, a quantidade dessas festas tem aumentado, e já não são organizadas somente no período das festividades religiosas, mas também em finais de semana (sábado e domingo), ou mesmo em dias de semana.

A desarticulação política relacionada às festas eletrônicas na comunidade pode ser percebida com o aparecimento de novas sedes comunitárias. Originalmente, via de regra, para que haja o estabelecimento de uma sede, é necessário que a mesma represente o culto a um santo, fato que vem sendo modificado com a criação de novas sedes, cujo intuito é promover festas sem nenhum apelo às tradições do quilombo, mas uma atividade capitalista que beneficia poucos.

Outro ponto relacionado quanto a essa mistura cultural na comunidade são os danos e consequências trazidos pela mercantilização. Alguns problemas de ordem social ali também acabam se fazendo presentes na vida dos moradores, o que pode ser percebido nas falas de um morador antigo da comunidade, hoje com 66 anos. Segundo este entrevistado, as festas “trazem muitos danos, muita arruaça, e violência e influência à juventude local”. Ele acredita que “a festa de aparelhagem desconfigura completamente o dia a dia da comunidade” e afirma que as pessoas querem fazer do Curiaú uma Currutela (território onde há o uso de bebidas alcoólicas, drogas e prostituição).

As falas dos moradores nos apresentam problemas de caráter urbano, como a violência, revelada pelo consumo de drogas (entorpecentes, bebidas, entre outros), assim como a alteração do ritmo de vida, em termos de movimentação e problemas.

A dinâmica das festividades tradicionais demonstra uma das formas de se determinar o território quilombola por parte dos moradores. Isso revela as várias esferas que o território assume, como a política-institucional, mas também a econômica e, no caso das festividades, a esfera cultural.

Assim, temos um processo de mesclagem entre os modos de vida tradicional e o modo de vida urbano-industrial que revela como a comunidade está se relacionando com os elementos que a modernidade apresenta, não somente nos objetos técnicos, mas também nas formas de pensar e agir, como no caso da construção de novas sedes e no surgimento de novas formas de serviços próprias do meio urbano.

Considerações finais

O trabalho permeou a discussão de conceitos importantes para a compreensão de uma comunidade quilombola: territorialidade, modo de vida, identidade e modernidade. Acredita-se que, em meio à modernidade, atualmente, é necessário considerar as formas como as comunidades legitimam seus territórios, reproduzem seus modos de vida, criam a identidade e se articulam na formação de sua territorialidade.

A identidade e o modo de vida são importantes para promoverem o autorreconhecimento de comunidades tradicionais e permitem a criação da consciência política em busca por direitos. Partimos do pressuposto de que o apelo cultural é fundamental para que os sujeitos consigam uma unidade na disputa política pelo território, resultando no reconhecimento por parte do estado.

Todo o processo é estabelecido por conflitos, tanto na luta pela conquista do território, quanto no usufruto do mesmo. No Curiaú, uma vez estabelecido o quilombo e titulado pelo Incra, a nova conflitualidade que se observa está posta entre aqueles que querem a manutenção das terras para fins de uso coletivo, como faziam os antepassados, contrariando aqueles que entendem o território de forma individual e privada, para conseguir benefícios e privilégios que promovam o enriquecimento material.

Referências Bibliográficas

BUZZULINI, André Luiz; SUZUKI, Júlio César. Jovens caiçaras: dilemas na construção de sua identidade na Prainha branca (Guarujá-SP). In: V ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias de entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

MARQUES, Marta Inez M. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB.** 1994. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Criação da reserva extrativista do rio Cajari (Amapá) e recriação do campesinato amapaense

Kátia de Souza Rangel

Roni Mayer Lomba

A pesquisa é, originalmente, um projeto desenvolvido pelos autores sobre autorregistro oral na Reserva Extrativista do Cajari – Resex-Cajari. Analisamos a recriação camponesa pela migração de trabalhadores, especialmente nordestinos, expropriados da terra em suas regiões de origem para se fixarem enquanto exploradores de látex e castanha. A relação de trabalho na região ocorria a partir do sistema de aviamento, dominado por supostos proprietários, denominados “patrões” ou “coronéis”, decorrente da formação da territorialidade e de modos de vida, e possibilitou a esses trabalhadores, futuramente, uma organização social e política responsável pela criação da reserva.

O fim do domínio dos patrões ou coronéis e a inserção, a partir dos anos 70, de novos modelos de exploração da terra e da floresta, representam ao campesinato que ali se constituiu uma ameaça às condições de vida e sobrevivência, expandindo os litígios e os conflitos. A criação da Resex – Cajari demonstra a articulação ampliada entre esses camponeses da Amazônia, também denominados povos da floresta em âmbito regional, pela vinculação ao Conselho Nacional dos

Seringueiros. Esta viabilizou a criação de áreas de conservação de uso sustentável nas antigas regiões dominadas pela exploração do látex e outros produtos, por meio da pressão nacional e internacional amparada no debate ambiental.

Esse trabalho é construído pela reflexão teórica acerca da recriação do campesinato na comunidade extrativista e os modos de vida constituídos. Além da teoria, utilizamos relatos de entrevistas orais dos moradores (especialmente os mais velhos) para compreender a dinâmica da formação social e organização política para a criação da reserva e os seus novos/velhos dilemas.

Recriação do campesinato e a criação da reserva extrativista do rio Cajari

A recriação do campesinato é compreendida, na Geografia, por Luxemburg (1985), Martins (1981) e Oliveira (2007), pela corrente filosófica do materialismo histórico (BOMBARDI, 2007; LEFEBVRE, 1991 [1969]) e pela corrente da teoria da Criação e Recriação do Campesinato, na qual analisamos a integração do campesinato na modernidade por meio da produção agrícola no contexto do modo de produção capitalista.

Considerando a recriação do campesinato um processo inerente à reprodução do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 2007), citamos como exemplo a organização política de camponeses em torno de movimentos sociais que tinham como objetivo conquistar o acesso e a propriedade da terra por meio da luta política e de projetos estatais ou privados de colonização (ALMEIDA, 2004; PORTO, 2007; PORTO-GONÇALVES, 1990, 2011 [2001]).

Neste sentido, baseamo-nos na Teoria da Criação e Recriação do Campesinato (LUXEMBURG, 1985; MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2007) como caminho teórico explicativo do processo de recriação do campesinato pelo modo de produção capitalista. Parte-se do pressuposto de que o capitalismo, ao invés de eliminar totalmente as forças produtivas de origem pré-capitalista, destituindo os meios de produção e transformando-os em trabalhadores assalariados, preferiu, ele mesmo, recriar as condições para que camponeses estabelecidos em unidades de trabalho familiar – uma condição de subordinação, que, se por um lado, permite que ele se mantenha como produtor direto de mercadorias, por outro, submete-o a toda sorte de exploração pelos capitalistas para fins de obtenção de sua renda fundiária.

Segundo Oliveira (2007), a história do campesinato é um intenso processo de resistência e recriação de formas para manutenção de suas condições originais de trabalho, como pequenos proprietários de terras, arrendatários, meeiros, parceiros e outros. Em outros casos, o camponês, expulso da terra, pode procurar outras áreas para sua reprodução social, muitas vezes, migrando para regiões distantes daquelas de sua origem. O camponês também pode resistir, organizando-se em movimentos sociais que busquem o acesso à terra pela reforma agrária.

Na região onde foi realizada esta pesquisa, o vale do rio Cajari, sul do estado do Amapá, a recriação camponesa é perceptível pela migração de camponeses de regiões distantes, especialmente o nordeste no início do século XX para o trabalho na extração de látex e coleta de castanha num regime de trabalho conhecido por aviamento. Para

Andrade (1993), a migração nordestina é especialmente resultado da decadência econômica das oligarquias rurais que expulsavam o trabalhador do local, mantinham a terra concentrada e impediam que ali ocorresse um processo de reforma agrária, fazendo da migração uma possibilidade desse camponês manter sua produção social.

Em princípio, as relações de trabalho ali presentes estavam relacionadas à parceria entre o capitalista comerciante que se colocava enquanto “patrão” na sociedade local, o “proprietário” das vastas áreas de florestas e o migrante única propriedade era sua força de trabalho. O patrão cedia uma área de castanhais ou seringueiras, alguns utensílios de trabalho e alimentos para que o mesmo pudesse iniciar suas atividades.

A disponibilidade de trabalhadores para a exploração do látex das seringueiras e a relação de aviamento estabelecida pelos “patrões” dos seringais e gerentes dos barracões ali instalados contribuíram para a constituição das relações sociais de produção baseadas no aviamento (COSTA, 2010; PORTO-GONÇALVES, 1990, 2011 [2001]), cuja relação de trabalho tinha como base o custeio do transporte do trabalhador migrante, a instalação no seringal, o fornecimento de instrumentos e mercadorias necessários à subsistência deste.

Terminada a colheita, o camponês seringueiro/castanheiro entregava toda a produção no armazém do patrão e ali descontava o valor das mercadorias anteriormente obtidas, garantindo o sentido da palavra aviamento. Tratava-se de uma forma de trabalho cativa, parceria do qual o patrão tinha exclusividade na troca. Tais relações comerciais dominadas pelo patrão faziam desse camponês um trabalhador constantemente “endividado” pela exclusividade comercial, aprisionando-o à terra e a tais condições de trabalho.

Essa prática só se encerrou foi minimizada com a retirada gradual dos padrões pela crise comercial do látex e rebaixamento dos preços da castanha, bem como pela inserção, por parte do estado, de um novo modelo de política de desenvolvimento na região, com a implantação de um grande projeto agropecuário, conhecido por Projeto Jari, cujo objetivo era a criação (pecuária extensiva), a agricultura comercial e a silvicultura na década de 1970.

A implantação do Projeto Jari colocou em xeque as formas de reprodução social daqueles que estão sob a terra na condição de camponeses extrativistas seringueiros/castanheiros. O projeto da empresa previa o desmatamento de grandes áreas de florestas para colocar em prática suas atividades. Tais camponeses, na iminência de serem expulsos da terra, buscaram formas de resistência para permanecer nela e na reprodução de seus modos de vida vinculados ao extrativismo.

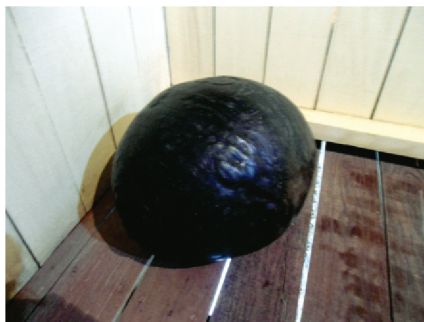
Gênese e conflito no vale do Cajari

Para a realização do trabalho extrativista, o seringueiro utilizava uma pequena foice para cortar superficialmente o tronco das seringueiras, fazendo 'sangrar' sua seiva – o látex –, que era colhido em um pequeno pote de madeira encaixado no tronco da árvore e, deste, era colocado no balde onde era transportado até o local de seu beneficiamento. Ainda, o seringueiro utilizava a porunga, que consiste numa lamparina levada na cabeça para iluminar as estradas de seringa e, às vezes, a espingarda, quando a caça era permitida pelo patrão, já que diminuía a dependência alimentícia da família extrativista em relação ao barracão do patrão.

Na sua instalação no seringal, o trabalhador passava a morar na colocação determinada pelo patrão, sendo que o termo colocação referenciava o lugar onde este era 'colocado' para morar – um 'barraco' construído por meio de mutirão, utilizando madeiras, palhas e recursos naturais disponíveis no local – e explorar as estradas do seringal determinadas pelo patrão.

Na colocação, cada família era responsável pelo corte das seringueiras para coleta do látex nas estradas do seringal determinadas pelo patrão, que geralmente era defumado com madeira verde, produzindo a borracha que era entregue na taberna do patrão em formato de bolas – ou pélas de borracha.

Figura 1 – Péla de borracha



Autora: Kátia Rangel, 09/2012.

A coleta realizada pelos trabalhadores era entregue exclusivamente no barracão do patrão, e dela obtinham um crédito que servia para quitar a dívida ou parte dela na taberna do patrão e para a troca por outros itens, como alimentos, remédios, fazendas de tecido, novos instrumentos de trabalho e alguns poucos artigos que excediam as

necessidades básicas de reprodução da força de trabalho, como rádio, fumo e cachaça (SOUZA, 1992).

A possibilidade de matrimônio também podia ser intermediada pelos patrões por meio do custeio do transporte de mulheres de outros lugares para casarem com trabalhadores solteiros e produtivos, considerados bons seringueiros e capazes de sustentar sua esposa e futuros filhos por meio de seu trabalho.

Neste sentido, a troca estabelecida entre a produção de borracha e os itens necessários à reprodução da força de trabalho substituíam o assalariamento e o comércio de mercadorias. Quase não circulava dinheiro entre os trabalhadores, uma vez que a produção da borracha deveria ser entregue exclusivamente na taberna do patrão, resultando na dependência daqueles em relação aos itens ali disponíveis.

A taberna era um barracão onde não apenas o trabalhador entregava sua produção, como também era o local para aquisição das mercadorias disponibilizadas pelo patrão com o crédito obtido, que era anotado pelo gerente. Este, por sua vez, era funcionário, sócio ou parente do patrão e representava a autoridade deste, sendo também respeitado como patrão.

O gerente era responsável por garantir que a produção dos trabalhadores aviados pelo patrão não seria trocada com outras tabernas e comerciantes (regatões). Quando isso ocorria e o trabalhador era descoberto, era punido com agressões físicas e morais, geralmente em público.

No entanto, apesar de proibidas as trocas em outras tabernas e com comerciantes que circulavam pela região, os regatões ocorriam,

sobretudo, quando as mercadorias disponíveis nas tabernas dos patrões eram insuficientes para atender a demanda dos trabalhadores respectivamente aviados, sendo localmente considerados bons patrões aqueles que melhor abasteciam suas tabernas.

Assim, a relação de trabalho baseada no aviamento e a obrigatoriedade de negociar a produção de borracha exclusivamente com o patrão que aviava mercadorias não fora interpretada pelos trabalhadores seringueiros da região do vale do rio Cajari como conflituosa; mas a indisponibilidade de mercadorias que lhes abastecessem com fartura sim, de modo que a escassez ou ausência de mercadorias fora relatada nos registros orais coletados como conflituosa.

Na escassez de mercadorias, os trabalhadores eram atraídos para negociar com comerciantes que, segundo os sujeitos sociais entrevistados, traziam mercadorias em grandes barcos até a boca do rio, no entroncamento do rio Cajari com igarapés, os quais permitem o acesso às comunidades ali residentes, onde as mercadorias eram transportadas em canoas, regionalmente conhecidas como cascos.

Esta dinâmica perdurou até o final da década de 1960, quando os governos militares empreenderam nova estratégia de desenvolvimento para a região Norte, orientada pela sua integração ao território nacional por meio da “venda” de grandes lotes de terras para o capital estrangeiro, implantação de grandes projetos agropecuários, intensificação da ocupação regional por meio de assentamentos rurais (ALLEGRETTI, 2002, AMARAL, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2001; PORTO, 2007, SOUZA, 1992), construção de estradas e promoção do desenvolvimento econômico por meio da exploração mineral e madeireira.

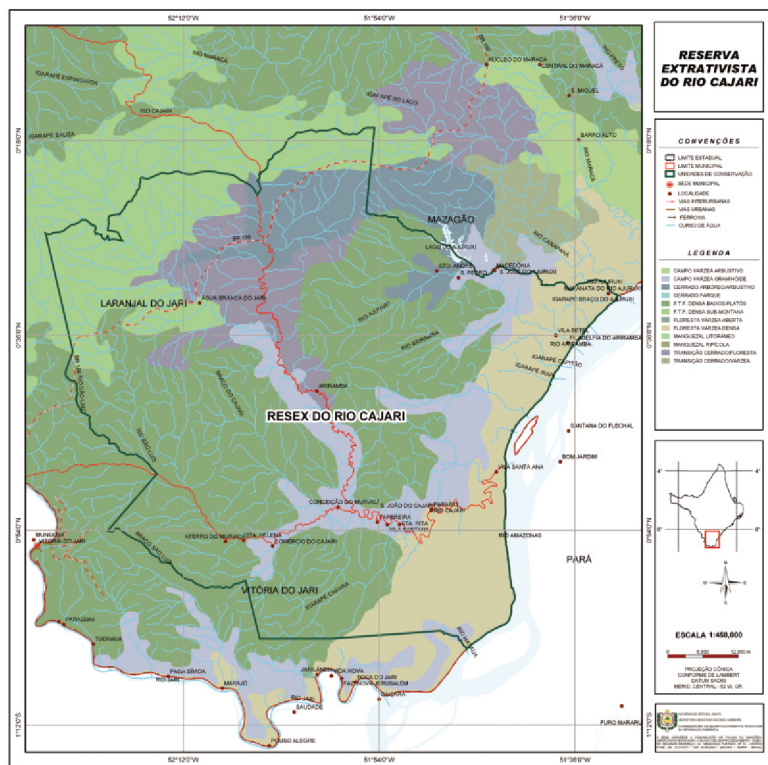
No que se refere à região do vale do rio Cajari, segundo Sr. Raimundo Batista da Silva, conhecido como Sr. Nenê, morador da comunidade Água Branca, tais iniciativas resultaram na venda das terras de Júlio Aires da Fonseca, Sr. Teixeira e Sr. Martins, conhecidos como 'portugueses', que eram os patrões daqueles seringais para o empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig, com o objetivo de implantar o projeto agroindustrial Jari, direcionado ao cultivo de eucaliptos para produção de papel, além da rizicultura e da pecuária.

A venda das terras resultou no anúncio do desmatamento dos seringais e expulsão das populações camponesas da região do vale do rio Jari (SOUSA, 2006; FILOCREÃO, 2007). Com isso, esses trabalhadores se organizaram politicamente em torno do movimento seringueiro que, por sua vez, reivindicava a criação de reservas extrativistas como estratégia para garantir a permanência dos camponeses em suas posses no interior de áreas florestadas (ALLEGRETTI, 2002).

No que se refere à organização política reproduzida por aqueles sujeitos, ainda não havia sido constituído no estado do Amapá, naquele contexto histórico, um movimento político que representasse os interesses dos seringueiros, mas, no Acre, algumas lideranças do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS – conquistavam visibilidade nacional e internacional, como Chico Mendes, Marina Silva, Osmarino Amâncio Rodrigues e Raimundo de Barros, que propuseram a criação de reservas extrativistas como estratégia para a proteção das posses ocupadas e modo vida praticado pelos seringueiros (O GRITO DA FLORESTA, 1988; MOTA et. al., 1996; SINDICATO DOS TRABALADORES RURAIS DE XAPURI et. al., 1989; VENTURA, 2003).

Assim, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, as alianças estabelecidas entre os seringueiros e o movimento indígena – como a Aliança dos Povos da Floresta (ALLEGRETTI, 2002; CUNHA, 2009); o movimento negro; a Comissão Pastoral da Terra; os grupos religiosos associados à teologia da Libertação; os partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores e Partido Verde; os sindicatos de trabalhadores rurais; as organizações não governamentais ambientalistas nacionais e internacionais, como a Fundação SOS Mata Atlântica e World Wide Fund (WWF); as universidades e outros setores da sociedade civil organizada – resultaram no fortalecimento da organização política dos seringueiros acreanos e na incorporação dos seringueiros amapaenses na luta política que pressionou o estado, após a retomada da democracia, a assinar o decreto de criação das três primeiras reservas extrativistas brasileiras. Uma delas era a Reserva Extrativista do rio Cajari, criada por meio do Decreto Federal 99.145, de 12 de março de 1990, abrangendo os municípios Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, na porção sul do estado do Amapá, conhecida como vale do rio Jari, conforme representado no mapa a seguir:

Mapa 1 – Localização da Reserva Extrativista do rio
Cajari (Amapá)



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá – SEMA (2008).

Neste processo, os “povos das florestas” foram reconhecidos como parceiros da conservação e seus conhecimentos tradicionais passaram a ser valorizados (CUNHA, 2009), conquistando novas possibilidades de inserção social por meio da negociação de políticas direcionadas à consolidação da cadeia produtiva dos recursos naturais extraídos das áreas de florestas.

Ainda, o modelo de unidades de conservação de uso sustentável, incluindo as reservas extrativistas, passou a ser considerado como alternativa ao conflito social gerado pela implantação de unidades de conservação de proteção integral, iniciado durante a década de 1960, uma vez que estas determinam a expulsão de populações que vivem no interior destas unidades (DIEGUES, 1994, 2000 [1996], 2001, 2004, 2007, 2008; FURLAN, 2000, 2006), ao passo que aquelas permitem o uso direto dos recursos naturais manejados pelas populações que vivem no interior e entorno das unidades.

Modo de vida extrativista e reprodução camponesa no vale do Cajari

No bojo deste processo histórico, o modo de vida reproduzido fora reelaborado, cujo conceito é entendido por Suzuki (1996) como a percepção que moradores de determinado lugar constroem em determinado período histórico:

(...) aponta para a visão de mundo que os moradores possuem em momento determinado, bem como as transformações que foram operadas em relação à percepção, à vivência e à concepção do espaço existentes em modo de vida anteriores (SUZUKI, 1996, p. 190).

Para Suzuki (1996), o modo de vida é definido pelas relações que determinada comunidade estabelece com o espaço em que vive, sendo mediado pela percepção, vivência e concepção que a comunidade tem do espaço.

Marta Inês Medeiros Marques (2004) definiu o modo de vida camponês como:

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p.145).

Assim, o modo de vida camponês, que "é a forma como grupo social ou comunidade manifesta sua cultura" (MARQUES, 2004, p. 153), parte da lógica da família extensa, das relações sociais estabelecidas entre os núcleos familiares que compõem uma complexa rede de parentesco (WOORTMANN E WOORTMANN, 1997) e relações de sociabilidade reproduzidas no bairro. Desse modo, o acesso à terra é condição da reprodução do modo de vida camponês, permitindo a constituição de uma sociabilidade territorializada (MARQUES, 2004) entre as famílias, de modo que o bairro rural (CANDIDO, 1964) torna-se o lugar de reprodução da comunidade, onde esta desenvolve o sentimento de pertencimento em relação ao lugar.

O modo de vida tradicional se caracteriza por uma sociabilidade territorializada, preferencialmente na escala do local,

informada por um sentimento de pertencimento ao lugar. Porém, na realidade brasileira, a territorialidade camponesa também pode se projetar sobre um espaço mais amplo, a partir da constituição de uma rede familiar extensa (MARQUES, 2004, p.153).

O modo de vida reproduzido na Reserva Extrativista do rio Cajari é baseado no trabalho familiar para a coleta da castanha, atualmente, a principal atividade econômica junto à roça de mandioca para a produção de farinha. A extração do látex há muito tempo deixou de ser uma atividade explorada pela queda dos preços e inexistência de compradores.

As famílias planejam antecipadamente a realização da colheita. Para isso, utilizam-se de empréstimos, quase sempre oferecidos pelo atravessador, como adiantamento daquilo que será pago pelo trabalhador em produto (castanha).

Com o dinheiro do empréstimo, o trabalhador adquire os gêneros necessários para a família durante a colheita, no período chuvoso, geralmente entre março a junho. Os alimentos e utensílios para a realização da colheita da castanha são transportados para os castanhais em burros, nas costas dos homens da família, de caminhão ou barco, conforme as possibilidades de acesso das estradas.

Neste período, além da coleta dos ouriços, representados na figura abaixo, as famílias os quebram e transportam conforme as possibilidades de acesso aos castanhais, Parte dos ouriços quebrados é levada para casa e deixada no quintal, onde são usados como lenha para alimentar o fogão.

Figura 2 – Ouriços de castanha



Autora: Kátia Rangel, 06/04/2012.

Figura 3 – Ouriços usados para alimentar o fogão à lenha



Autora: Kátia Rangel, 06/04/2012.

Costumeiramente, todos os membros da família trabalham nos castanhais, onde o chefe da família e os filhos mais velhos são responsáveis pela coleta dos ouriços, ao passo que a esposa permanece no barracão cuidando dos filhos menores, preparando a comida e cortando os ouriços coletados, de onde são retiradas as castanhas.

Quando há filhos pequenos ou idosos na família, a esposa permanece na casa cuidando destes e aguardando o retorno do esposo e dos filhos mais velhos e, quando há poucos braços disponíveis para o

trabalho ou quando a família é pequena, o chefe da família contrata mão de obra auxiliar para coletar os ouriços nos castanhais, que é remunerada em dinheiro ou espécie, após a comercialização da produção para o atravessador (SOUSA, 2006).

Após a coleta dos ouriços e corte destes para a retirada das castanhas, as famílias retornam dos castanhais, transportando os utensílios e a produção de castanha para suas casas, onde são deixados no quintal ou armazenados em um barraco de madeira.

Para a comercialização da castanha, os extrativistas têm duas opções: comercializar diretamente para o atravessador, muitas vezes, para o pagamento da dívida anteriormente contraída por preços determinados por estes, ou para a Cooperativa do Alto Cajari – Cooperalca, criada em 2001 para fins de beneficiamento, agregação de valor à castanha, possibilitando consequentemente menor dependência do produtor frente ao atravessador.

A diferença consiste em que, por um lado, o atravessador adianta o dinheiro necessário para o extrativista, sem o qual ele teria dificuldade de se manter durante a colheita, porém, termina por entregar sua produção ou parte dela a preços mais baixos a esse atravessador. Na cooperativa, o extrativista associado tem a vantagem de poder comercializar a produção por um preço mais justo, mas sem a possibilidade do adiantamento de dinheiro antes da colheita.

Normalmente, esse trabalhador extrativista comercializa parte da produção com o atravessador e uma parte menor entrega na cooperativa na busca por preços melhores para sua produção de castanha. A cooperativa efetua o pagamento do produto após a comercialização,

entre os meses de setembro e dezembro, uma vez que não dispõe de capital de giro para pagar a produção realizada pela família no momento da entrega destas. Essa parte da produção entregue na cooperativa adquire caráter de poupança para esses trabalhadores.

Desse modo, ao passo que apenas uma parte da produção local é absorvida pela cooperativa, a maior parte da produção é vendida para os atravessadores, comumente conhecidos como Mutrans. Esse nome é designado à empresa que absorve grande parte da produção de castanha adquirida pelos atravessadores. A empresa recebe a castanha “in natura”, cuja umidade é da ordem de 98% (com baixa durabilidade), e boa parte da produção é industrializada pelo processo conhecido por “dry”, ou seja, retirada da umidade da castanha para garantir maior durabilidade. A castanha seca (“dry”) é vendida especialmente nos grandes centros urbanos por preços, várias vezes, maiores do que o pago ao produtor direto.

Juntamente com a coleta da castanha, as famílias produzem roças de mandioca, feijão, batata doce, milho, cará, fumo; coleta de sementes para a produção de óleos de andiroba, copaíba, uxi, pequiá e pracaxi – que são usados como remédio, repelente, cosméticos e, especificamente no caso da copaíba, contraceptivo. Há também coleta de frutas como açaí, bacaba, bacuri, banana, buriti, cana-de-açúcar, cupuaçu, goiaba, laranja, entre muitas outras; caça de pequenos animais, como anta, catitu, cutia, paca, quexada, veado e tatu; além da pesca no igarapé de espécies como arará, aracu, piranha, surubim e traíra.

A produção de alguns gêneros alimentícios é comercializada especialmente nas feiras da cidade de Macapá (que ocorrem semanal-

mente às terças e quintas-feiras), distante cerca de 150 km da reserva por rodovia não pavimentada. Para isso, o estado tem disponibilizado transporte (caminhão e ônibus) gratuitamente. As roças, especialmente a mandioca para produção de farinha, tornaram-se importante fonte para o orçamento das famílias, sendo uma atividade que proporciona rendimentos constantes para o produtor, diferente da castanha, que possui colheita anual.

No que se refere à posse dos castanhais, esta é transmitida de pai para filho sob a forma de herança, ou parte das posses é dividida pelo chefe da família entre os filhos casados, mantendo uma área de coleta para si, que será herdada pelos filhos solteiros quando casarem, ou quando estiverem idosos, ou quando os pais falecerem.

A posse familiar determina que o uso dos castanhais não seja comum às populações locais, uma vez que cada família tem as suas áreas de coleta. A agricultura é praticada sempre em áreas de posse da família. A caça, pesca e coleta em áreas de posse de outras famílias não são bem vistas, considerado-se um bom costume o pedido de permissão do chefe da família que detém a posse das terras, referenciando o respeito ao uso dos castanhais e posses alheias.

Para finalizar, pode-se afirmar que, atualmente, os dilemas que envolviam a disputa por terras não são tão preponderantes como em tempos atrás (antes da criação da reserva). Os principais problemas observados hoje consistem na organização interna da comunidade, como a disputa pelo poder político, tanto na associação quanto na cooperativa. É notória a crítica a privilégios oferecidos a determinados grupos em detrimento de outros e vice-versa no acesso a recursos e

utilização de bens e equipamentos coletivos, como tratores, caminhões e os equipamentos de secagem da castanha pertencentes à cooperativa.

Exemplo interessante foi a criação da Associação de Mulheres do Alto Cajari – Amac que, com poucos recursos, produz derivados da castanha, especialmente biscoitos, e comercializa diretamente para setores públicos da cidade de Laranjal do Jari, via recursos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. A criação da associação, em 2004, tem permitido mudanças socioeconômicas significativas para a vida das mulheres cooperadas.

A Amac é um exemplo real de que, minimizando as diferenças políticas internas, os produtores de castanhas e alimentos na reserva têm possibilidades de desenvolver significativamente seu trabalho, melhorar a qualidade de vida da família e, gradualmente, reduzir sua dependência frente aos atravessadores, conquistando a valorização da produção.

Considerações finais

A partir do levantamento bibliográfico e de trabalhos de campo realizados na Reserva Extrativista do rio Cajari, observamos que as relações sociais de produção, as formas de organização política e o modo de vida reproduzido pelas populações camponesas que vivem no interior da reserva foram impactados pelo conflito de terras entre os trabalhadores seringueiros e a empresa Jari, de modo que a organização política em torno do movimento seringueiro e a reivindicação de criação da referida reserva foram a estratégia encontrada para a manutenção das posses tradicionalmente ocupadas.

No contexto de lutas, as reservas extrativistas vêm se consolidando no Brasil com o objetivo de proteger os remanescentes florestais e o modo de vida reproduzido pelas populações moradoras que, no que se refere à Reserva Extrativista do rio Cajari, vêm sendo valorizados e reafirmados por meio da consolidação da cadeia produtiva da castanha.

No entanto, o atual desafio que se apresenta é a construção da gestão participativa juntamente aos gestores ambientais e a conquista de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da cadeia produtiva da castanha, sobretudo com a capitalização da Cooperalca, da Amac, além da melhoria das condições de escoamento da produção pelos ramais, pois nos períodos de chuva algumas comunidades e castanhais ficam isolados.

Referências Bibliográficas

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais:** Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Tese – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras tradicionalmente ocupadas processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, mai./2004.

AMARAL, Januário. **Mata virgem:** terra prostituta. São Paulo: 3ª Margem, 2004.

ANDRADE, Manuel Correa de. **O Nordeste e a questão regional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

BOMBARDI, Larissa Mies. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; FERNANDES, Bernardo Mançano; SUZUKI, Júlio César (Org.). **Geografia Agrária:** teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 315-337.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: 34, 1964.

COSTA, Eliza Mara Lozano. **Uma floresta politizada:** relações políticas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre (1994-2002). 2010. Tese – Universidade de Campinas, Campinas.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza Intocada**. 4. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000 [1996].

_____. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; VIANA, Virgílio M (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. 2. ed.. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/CEC, 2004.

_____. **O Vale do Ribeira e litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2007.

_____. (Org e trad.). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

_____.; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. (Biodiversidade, 4). Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001.

_____.; NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou parque: estudo socioambiental do Saco de Mamangá – Parati – Rio de Janeiro**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá**. 2007. Tese – Universidade Federal do Pará, Belém.

FURLAN, Sueli Ângelo. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidade e sustentabilidade. **Revista Agrária**. São Paulo, número 3, p. 3-15, 2006.

_____. **Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na ilha de São Sebastião - SP) - Volume I**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA). **Reserva Extrativista do Rio Cajari**. Macapá: SEMA, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991 [1969].

LUXEMBURG, Rosa. **Acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Trad. Marijane Vieira Lisboa; Otto Erich Walter Maas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional da modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

_____. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. 1994. Dissertação – Universidade São Paulo, São Paulo.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MENDES, Chico. **Chico Mendes**: entrevista. Entrevistador: Alfredo Sirkis. Jornal O Verde. Rio Branco, janeiro de 1988.

MOTA, Aldenir Rodrigues et. al. “Empate” pela vida e defesa da floresta em Xapuri. **Boletim de pesquisa dos alunos do curso de História da Universidade Federal do Acre**. Rio Branco, n. 2, p. 5-18, ago. 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: Torres, Maurício (Org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: GESP/LABUR/FFLGH/USP, 2007

PORTO, Jadson. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000. Macapá: Edição do autor, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011 [2001].

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE XAPURI; CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS (CNS); CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Chico Mendes**. Entrevista realizada durante o III Congresso Nacional da CUT, em 9.9.1988. Rio Branco: CUT, 1989.

SOUSA, Walter Paixão. **A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia: a Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá**. 2006. Dissertação – Universidade Federal do Pará, Belém.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. Rio Branco: Ed. do Autor, 1992.

SUZUKI, Júlio. César. **De povoado à cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis**. Dissertação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. A Tribuna: a ocupação das terras acreanas pelos bolivianos e peruanos. **Revolução acreana: memória e imagem**. Rio Branco: UFAC, 1996.

VENTURA, Zuenir. **Chico Mendes: crime e castigo – quinze anos depois**, o autor volta ao Acre para concluir a mais premiada reportagem sobre o herói dos Povos da Floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

Perspectivas para a agricultura familiar no Amapá

Irenildo Costa da Silva

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

Falar de perspectivas para a agricultura familiar é, de certa maneira, acreditar no desempenho de um segmento que foi, por muito tempo (e ainda hoje é), considerado uma forma de organização marginal, sem expressão econômica.

No entanto, longe de ser uma agricultura com característica marginal, o que se tem presenciado é a forte participação deste tipo de agricultura, que contribui significativamente na produção de alimentos que fazem parte da dieta da população brasileira. Prova disto são os dados apontados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012) de que a agricultura familiar é responsável por produzir cerca de 70% dos alimentos consumidos no país.

Tal participação no contexto brasileiro não significa que a agricultura familiar tenha a mesma intensidade de desenvolvimento nas diferentes regiões. A dinâmica de desenvolvimento está atrelada à capacidade de articulação entre os diferentes agentes que se encontram envolvidos e comprometidos com a manutenção deste tipo de agricultura.

A presente pesquisa pretende contribuir com a análise do perfil e as perspectivas para a agricultura familiar no estado do Amapá,

considerando que a agricultura familiar não se reproduz de maneira semelhante nos diferentes estados da federação, o que em grande parte ocorre pelos diferentes incentivos e estímulos estatais dispensados.

O Amapá localiza-se na região norte do Brasil, na Amazônia brasileira. Em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, foi instituído como Território Federal (PORTO, 2002) e, em 1998, com a promulgação da nova Constituição Federal, foi elevado à categoria de estado, mas só foi instalado de fato como tal em 1991, com a posse do então primeiro governador eleito, Annibal Barcellos (FREITAS, 2008).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o estado do Amapá possui uma extensão territorial de 142.827,89 km², distribuída pelos 16 municípios que o compõem. A população deste estado é de 669.526 habitantes, dos quais 89,8% residem na área urbana e 10,2% na área rural. A sua densidade demográfica é baixa, apresentando 4,69 pessoas por km² (IBGE, 2010).

Em relação à sua economia, é baseada no extrativismo vegetal e na exploração mineral, mas pouco desenvolvida. No meio rural, tem-se uma agricultura limitada, em sua maioria, em pequena escala, caracterizada pelo uso de mão de obra familiar. A atividade pecuária, com destaque para a criação de búfalos e de gado “vacum”, também faz parte da dinâmica econômica do estado, sendo realizada de forma extensiva.

A agricultura no estado se desenvolve basicamente sobre estruturas familiares e com baixa diversidade de uso da terra, apresentando uma produção insuficiente para atender a demanda local, o que acarreta como consequência a importação de produtos alimentares de outros estados (LIMA, 2005).

Diante deste cenário, o estado, por meio de algumas ações políticas, não se discutindo aqui o teor de compromisso das mesmas, parece empenhado em modificar esta realidade, apresentando, assim, pelo menos na teoria, perspectivas interessantes para a agricultura familiar praticada no Amapá.

O estado, em seu discurso, vem buscando melhorar os incentivos de fomentos, convênios com associações e cooperativas, o acesso ao crédito e à assistência técnica, dita de melhor qualidade, e atua no sentido de provocar melhorias nos sistemas de transportes e comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar.

No entanto, o discurso e a realidade têm se mostrado destoantes na maneira como as ações estatais impactam na agricultura familiar. A elaboração desta pesquisa tem como objetivo a análise da realidade da agricultura familiar praticada no Amapá, que permitirá uma reflexão acerca das perspectivas em seu contexto agrário.

A metodologia, para os fins ao qual se propõe esta pesquisa, consistiu no levantamento e na análise de bibliografias de aporte teórico que traçam discussões sobre a importância da agricultura familiar em um contexto mais amplo, bem como na análise de documentos que expressam números da agricultura familiar praticada no estado do Amapá. Estes documentos foram obtidos de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Secretaria do Estado de Desenvolvimento Rural – SDR, Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – Rurap e Banco da Amazônia – Basa.

Para efeito de discussão e análise sobre a realidade da agricultura familiar praticada no Amapá, para além dos números desta, foram

analisados alguns serviços e programas de incentivo a este segmento; entre eles, os serviços de assistência técnica e extensão rural, o Programa de Produção Integrada (PPI), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os programas de créditos.

Com esta metodologia de pesquisa, espera-se apresentar aos leitores a realidade e as perspectivas da/para a agricultura familiar que vem sendo desenvolvida no estado do Amapá, contribuindo com novos olhares e reflexões sobre a importância, os avanços e retrocessos que este segmento tem apresentado.

Reflexões sobre a agricultura familiar

Antes de analisarmos a agricultura familiar praticada no estado do Amapá, faremos uma rápida abordagem teórica sobre ela e a sua importância em seu contexto mais amplo.

De acordo com Wanderley (2009), define-se agricultura familiar aquela em que a família é proprietária dos meios de trabalho na agricultura. Esse caráter familiar, além de influenciar em todo o processo produtivo, apresenta consequências fundamentais para a forma como esta agricultura age econômica e socialmente. Nela, a família é a unidade básica de produção e fornece a maior parte da força de trabalho; é também onde a propriedade e o trabalho estão estreitamente ligados à família (ROMERO, 1998; HALAMSKA, 1998).

Assim, a agricultura familiar pode ser considerada como uma forma social de trabalho que contém o âmbito da agricultura e o da família. Lacerda (2005) caracteriza esta agricultura como uma reorganização social dependente do mercado, apresentando especificidades

em relação a outras unidades produtivas no que se refere tanto à existência de uma racionalidade familiar e certa campesinidade na tomada de decisões, quanto à natureza da força de trabalho.

A agricultura familiar não se expressa de maneira uniforme por todas as regiões onde se reproduz e, sim, apresenta “fortes diversidades por causa dos diferentes modelos de referência elementares, de um contexto socioeconômico variado, das condições naturais e da história de sua evolução” (HALAMSKA, 1998, p.233).

Nas sociedades modernas, este tipo de agricultura é, antes de tudo, uma realidade multiforme, o que é resultado da sua capacidade de adaptação a contextos sociais e políticos dos mais diversos (WANDERLEY e LOURENÇO, 1998).

É um universo profundamente heterogêneo e diferenciado, do ponto de vista econômico, social e cultural (BUAINAIN et. al. 2002), compreendendo um conjunto diversificado de produtores, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação (GUANZAROLI, 2001).

Na análise de Buainain et. al (2002), a heterogeneidade presente na agricultura familiar não deve ser associada a uma imagem estereotipada de um segmento atrasado do ponto de vista econômico, tecnológico e social, voltado fundamentalmente para a oferta de produtos alimentares básicos e com uma lógica de subsistência, uma vez que esta imagem está longe de corresponder à realidade.

A importância desta agricultura tem sido ressaltada em países desenvolvidos e naqueles considerados em desenvolvimento. Em particular nos países em desenvolvimento, o debate sobre a viabilidade e importância da agricultura familiar se encontra inserido em uma

perspectiva ampla de desenvolvimento econômico. Assim, o que se espera da agricultura familiar é uma participação ainda mais efetiva na geração de renda e emprego, aumentando a sua contribuição na dinâmica socioeconômica.

A agricultura familiar possui papel importante na produção de alimentos básicos, como também nas grandes cadeias agroindustriais, que tendem a crescer ainda mais. Nas diversas regiões brasileiras, esta atividade familiar tem se apresentado como uma das principais atividades econômicas e precisa ser fortalecida, pois é muito importante o potencial dos agricultores familiares na geração de empregos e renda.

Mas, apesar da significativa importância da agricultura familiar no cenário brasileiro e, em particular no amapaense, as políticas agrícolas ainda estão longe de ser ideais para a maioria dos agricultores. Mesmo assim, resistem às condições desfavoráveis em que se encontram submetidas, alterando seus mecanismos de sobrevivência e tornando-se competitivas no mercado.

Entende-se que, com políticas adequadas e efetivas, a agricultura familiar pode se desenvolver ainda mais com o seu potencial. Contudo, o estado possui papel fundamental para seu fortalecimento (JEAN, 1998).

Números da agricultura familiar no estado do Amapá

No estado do Amapá existem, segundo o IBGE (2006), 3.527 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área de 873.789 ha. Deste total, 2.863 são estabelecimentos familiares, que ocupam uma área de 130.770 ha, o que representa 14,96% de toda área dos estabelecimentos agropecuários do estado.

De acordo com estes dados, verifica-se que o Amapá apresenta uma estrutura fundiária concentrada, em que os estabelecimentos não familiares, representados por 18,82% do total dos estabelecimentos agropecuários, ocupam 85,03% da área total.

Na agricultura familiar do estado, destaca-se na agricultura vegetal e pecuária a produção de mandioca, arroz, feijão, milho, café, bovinos para corte, leite, ovos de galinha, aves e suínos.

A produção da mandioca, utilizada para a elaboração da farinha, é a mais representativa da agricultura familiar no Amapá, sendo responsável por produzir 14.421.557 kg de farinha que é destinada para o abastecimento do mercado local. No total, os estabelecimentos agropecuários produzem 16.234.569 kg de farinha de mandioca, dentre os quais, 88,83% em estabelecimentos familiares (IBGE, 2006).

Estes números mostram a importância da agricultura familiar no abastecimento do mercado local com a farinha de mandioca. No entanto, apesar disso, o Amapá ainda não é autossuficiente, importando parte da farinha que consome, principalmente, do estado do Pará.

No que se refere à criação de bovinos para corte, a agricultura familiar possui um total de 17.308 cabeças de gado, o que representa 29,98% das 40.420 cabeças de gado criadas no estado. Na produção de leite de vaca, esta agricultura é responsável por 532.040 L de um total de 973.641 L, o que representa 54,64% deste produto no estado. Em relação à criação de aves, a agricultura familiar possui 26.256 cabeças de um total de 52.351, representando 50,15% do rebanho. No que diz respeito à comercialização de ovos de galinha, a agricultura familiar é responsável por 53,38% do total comercializado no estado. Na criação

de suínos, os estabelecimentos familiares são responsáveis por manter 8.608 cabeças de um total de 14.537, o que representa 59,61% dos suínos no estado (IBGE, 2006).

Tabela 1 – Comparativo da agricultura familiar no estado do Amapá

Produtos	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	% da produção
Farinha de mandioca	14.421.557 kg	1813012 kg	88,83%
Bovinos para corte	17.308 C	40.420 C	29,98%
Leite de vaca	532.040 L	441.601 L	54,64%
Aves	26.256 C	26.095 C	50,15%
Ovos de galinha	33.789 Dz	29.505 Dz	53,38%
Suínos	8.608 C	5.929 C	59,61%

Fonte: IBGE, 2006.

Nota: kg= quilograma; C= cabeças; L= litros; Dz = dúzias.

Os dados acima apresentam uma agricultura familiar que desempenha papel de suma relevância no que diz respeito à produção de alimentos que contribuem para o abastecimento do mercado interno amapaense. Em alguns produtos, a agricultura familiar é superior à quantidade comparada aos estabelecimentos não familiares.

Além dos alimentos, a agricultura familiar praticada no estado do Amapá também tem contribuído para a manutenção de pessoas no campo. De acordo com o IBGE (2006), das 13.095 pessoas empregadas no campo, 10.371 estão em estabelecimentos familiares, ou seja, 79,19% do total.

Estes números são reveladores do potencial da agricultura familiar em relação à manutenção de pessoas ocupadas em suas atividades. Isto nos revela que estas atividades promovem, de certa forma, a fixação do trabalhador no campo, minimizando o processo de êxodo rural, bem como contribuem para a geração de renda a muitas pessoas que estão ligadas a este tipo de agricultura.

Contudo, fica constatado o relevante desempenho da agricultura familiar no estado do Amapá e a necessidade de sua valorização, cujo potencial pode expandir e contribuir ainda mais no desenvolvimento socioeconômico com maior oferta de produtos e garantir a soberania alimentar na região.

Como parte do reconhecimento pelas contribuições da agricultura familiar, algumas políticas foram ou estão sendo desenvolvidas e direcionadas para contribuir com seu desempenho. No Amapá, elas se mostram ainda incipientes, no sentido de não atenderem às expectativas almejadas pelos agricultores familiares ou por não se tornarem efetivas na realidade da agricultura familiar.

Adiante, discutimos a atuação e realidade de alguns programas e serviços direcionados para a agricultura familiar praticada no estado do Amapá, bem como as expectativas esperadas desses programas e serviços.

Programa de Produção Integrada – PPI

Este programa foi criado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá (SDR), sendo formulado no ano de 2007 e implantado em 2008. De acordo com esta secretaria, o PPI foi criado como uma alternativa para contemplar os interesses dos agricultores familiares, a

fim de promover a introdução de tecnologias e melhorias no processo produtivo, possibilitando ampliá-la com a recuperação de áreas degradadas e reduzir os impactos ambientais.

O objetivo deste programa se fundamentou na perspectiva de estabelecer e consolidar um modelo de agricultura para o estado do Amapá, pautado na sustentabilidade, envolvendo aspectos sociais, econômicos e ambientais.

O PPI teve como foco superar a insuficiência da produção de alimentos e do problema da degradação dos recursos naturais. Para tanto, pautou-se no cultivo consorciado de culturas alimentares, fruticultura regionalizada de ciclos curtos, médios e longos. Em campo, as atividades do programa contemplavam o preparo de áreas para o plantio, incluindo serviços de mecanização, correção do solo, adubação de fundação, adubação de cobertura, capacitação, insumos básicos e mão de obra familiar. O subsídio com tais atividades foi de 1 ha para cada família contemplada com o programa (SDR, 2011).

Entendido no seu discurso, o programa se desenvolveria em duas etapas. Primeiramente, consistiria no cultivo consorciado de culturas como mandioca, milho, arroz e feijão Caupi. Em seguida, haveria introdução na área, de maneira gradual, de culturas perenes, que aos poucos se constituíriam em uma fonte de alimentos, formando o que o programa denominou de “floresta de alimentos”. Como tendência, os custos com a preparação das áreas encerrariam quando a segunda etapa fosse alcançada. Na realidade, a segunda etapa nunca se concretizou de fato, em decorrência de uma série de lacunas e problemáticas que acompanharam o programa.

Com a sua formulação, o PPI visou atender a três safras: 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011, o que contemplaria famílias de 14 dos 16 municípios do Amapá. De fato, apenas as duas primeiras foram operacionalizadas. A safra de 2010/2011 não aconteceu, fato decorrente da transição política de governo no Amapá, que, com o programa interrompido, penalizou os agricultores envolvidos no programa.

Na safra de 2008/2009, foram contempladas com o programa 543 famílias, as quais foram subsidiadas com 100% dos recursos disponibilizados. A safra de 2009/2010 beneficiou 1.631 famílias, no entanto, com apenas 55% dos recursos necessários à implantação do programa (SDR, 2011).

Um dos resultados decorrente da ação do programa diz respeito ao aumento da organização rural. A organização de muitos agricultores em associações, cooperativas e conselhos comunitários possibilitou o acesso a recursos e novas tecnologias para muitas famílias.

Em 2007/2008, o número de associações ou cooperativas que estavam incluídas para serem contempladas com o PPI era apenas uma. No ano 2008/2009, eram 28 e em 2009/2010 eram 65 (SDR, 2011).

Tais resultados indicam que ocorreu um avanço na agricultura familiar em termos de organização política, pois, segundo Vasconcelos (2008), a organização de agricultores favorece a captação de recursos para implantação de projetos, realização de cursos, adoção de novas tecnologias geradas por órgãos de pesquisa, ou mesmo, para a socialização das experiências alternativas de uso da terra vividas pelos agricultores. Outra função das organizações rurais diz respeito à viabilização e coordenação de eventos sociais.

Os reflexos do resultado do PPI também se fizeram presentes no volume da produção da agricultura familiar, especialmente nas culturas da mandioca, arroz, milho e feijão, que foram incentivadas pelo programa.

De acordo com os informes da SDR (2010), com as técnicas desenvolvidas no PPI, 1 ha, que antes, mediante o uso tradicional de cultivo – cultura de “toco” – produzia 10 ton. de raiz de mandioca/ha, passou para 30 ton./ha. O milho, de 0,5 ton./ha passou para 1,5 ton./há; o arroz, de 0,5 ton./ha, passou para 1 ton./há; e o feijão, de 0,6 ton./ha, aumentou para 1 ton./ha.

Pesquisas do IBGE (2011) apontaram para um crescimento na produção destas culturas entre 2008 e 2009. De acordo com a pesquisa, a mandioca aumentou em 31,30%, passando de 96.457 ton./ano em 2008 para 126.649 em 2009. Neste mesmo período, a cultura do arroz cresceu 13,06%; do milho 9,70%; e do feijão 6,70%.

O crescimento desses cultivos pode estar vinculado às operações do PPI, a qual proporcionou o aumento na produtividade destas culturas em muitos estabelecimentos familiares.

Em continuidade, as perspectivas do programa eram otimistas. No entanto, por motivo de várias deficiências e lacunas, o PPI não avançou para a safra de 2010/2011 e também não ultrapassou a primeira etapa prevista no programa. Além do mais, os números apresentados pela SDR foram postos em questionamento, uma vez que não houve pesquisas de campo para confirmar tais números. De fato, houve aumento das culturas incentivadas pelo programa, mas não se reconhece ao certo se os números apresentados pela SDR representam a realidade em campo.

O programa ficou marcado por muitas irregularidades em suas operações e muitas inovações tecnológicas prometidas não chegaram ao campo. A SDR (2011) relata que os principais motivos que marcaram negativamente o programa estão relacionados com o atraso na liberação dos recursos, disponibilizados fora dos prazos de execução, à topografia irregular de muitos terrenos, que dificultou a mecanização, e também a deficiência nos serviços de assistência técnica.

No ano de 2011, o Amapá, sob nova gestão de governo, resolveu prosseguir esse programa. Com nova nomenclatura, passou a ser denominado Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (Protaf). Nele foram realizadas pequenas e insignificantes alterações, o que de fato não suprimiu as lacunas evidenciadas no programa anterior.

Em geral, o PPI, pensado como estratégia para estimular e aumentar a produção da agricultura familiar no Amapá, conseguiu demonstrar que programas criados com esse intuito podem surtir efeitos positivos. No entanto, também demonstrou que no estado a administração para tais programas ainda não dá conta de efetivá-los para a realidade da agricultura familiar.

Dessa maneira, as expectativas que se têm sobre o Protaf, caso não sejam realizados os devidos ajustes para muitas lacunas, tendem a seguir na mesma direção do programa anterior, criando esperanças incertas para a agricultura familiar.

A venda dos produtos oriundos da produção do PPI, agora Protaf, em grande parte está direcionada para o consumo do próprio setor público por meio da compra direta. A aquisição destes produtos se torna possível mediante as operações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual será analisado adiante.

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, 2011), o Programa de Aquisição de Alimentos tem o objetivo de incentivar a agricultura familiar por meio de ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. O PAA é acionado no momento da comercialização, garantindo a venda da sua produção a preço justo, remunerando o investimento e o custeio da lavoura, com mais algum rendimento ao produtor.

O PAA foi instituído em 2003 pelo art. 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho e regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 07 de maio de 2008, mas foi somente em agosto de 2009 que começou a ser operacionalizado no Amapá. A falta do pagamento do valor de contrapartida por parte do Governo do estado foi o motivo para esta demora (RURAP, 2010).

No Amapá, o PAA é executado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), em parceria com a Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social (SIMS) e o Instituto do Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (Rurap).

O funcionamento do programa é caracterizado pela compra de produtos da agricultura familiar diretamente pela Conab. No estado, o responsável pela compra é o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap), o qual, pela política do programa, compra os produtos por preço “compensador”, respeitando peculiaridades e hábitos alimentares regionais e o mercado local.

O PAA tem contemplado agricultores familiares de 14 dos 16 municípios do Amapá. Neste programa, cada agricultor beneficiado

tem direito a comercializar até R\$ 4,5 mil durante a vigência do programa, em cerca de um ano. O programa tem o seu desenvolvimento por meio de uma aquisição direta e doação simultânea, na qual o estado compra produtos da agricultura familiar e doa imediatamente às entidades filantrópicas. Ao todo, 31 espécies de produtos fazem parte da diversidade dos alimentos adquiridos pelo PAA no Amapá, incluindo hortifruti, granjeiros, grãos, aves e pescado.

Fazendo uma análise dos números do PAA no estado do Amapá no período de 2010 a 2011 (a não referência a outros anos é decorrente da falta de informações oficiais sobre os números do programa no estado), verifica-se que em 2010 o investimento do PAA foi de R\$ 900.000,00, oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e de recursos de contrapartida do estado. Em 2011, este valor foi da ordem de R\$ 1.784.682,50 (RURAP, 2011).

Estes números mostram que, de 2010 para 2011, o investimento do Programa de Aquisição de Alimentos no Amapá teve aumento de aproximadamente 100%, o que refletiu não só na contemplação de mais agricultores, mas também de outras pessoas que são beneficiadas pelo programa.

No ano de 2010, pelas operações do PAA, foram beneficiados 200 agricultores familiares, 64 entidades sociais e 6.680 pessoas com a distribuição de alimentos. Ao todo, em 2010, foram adquiridas pelo programa 530 toneladas de produtos. Em 2011, o número de beneficiados com o programa foi de 394 agricultores familiares, 303 entidades sociais e 45 mil pessoas com a distribuição de alimentos. Neste ano, foram adquiridas 2.738 toneladas de produtos (RURAP, 2011).

Diante destes, é observável que o PAA tem contribuído para dinamizar a agricultura familiar no estado, o que tem beneficiado não só esta agricultura, mas também as pessoas que recebem os alimentos por meio das instituições sociais.

Em relação ao programa, o que se espera são as tendências otimistas para a agricultura familiar, pelo fato do mesmo possibilitar aos agricultores a programação e a diversificação da sua produção. Além do mais, isto tem possibilitado o aumento de áreas plantadas, o que tem sido possível mediante a venda garantida para os produtos. No entanto, avanços são ainda necessários para que o programa possa incluir mais agricultores em suas operações.

Assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar do Amapá

A assistência técnica e extensão rural são outros mecanismos que apresentam fundamental importância para o desempenho e fortalecimento da agricultura familiar. A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias geradas pela pesquisa e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira (PEIXOTO, 2008).

Os serviços de assistência técnica e extensão rural, quando bem estruturados e fortes, são capazes de transferir as tecnologias geradas pela pesquisa aos agricultores, possibilitando a estes o emprego de novas dinâmicas nas formas de produção, o que tem grande peso na promoção do crescimento e desenvolvimento do meio rural.

No Amapá, os programas de assistência técnica e extensão rural aos agricultores são datados de 1974, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá – Acar-Amapá, quando o estado ainda era Território Federal. Com o passar do tempo, várias outras nomenclaturas foram dadas ao órgão dos serviços de assistência técnica e extensão rural no estado, isto pelas novas demandas e exigências que são acrescentadas a estes serviços.

Desta forma, em 1978, a Acar-AP foi substituída pela Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá – Aster-AP. Em 1990, foi substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá – Emater-AP. Em 1991, a Fundação de Assistência Técnica e Extensão Rural – Fater substituiu a Emater-AP e, em 23 de agosto de 1991, por meio do Decreto nº 0122/90, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – Rurap, o qual passou a assumir os serviços de assistência técnica e extensão rural e permanece até os dias atuais.

Para efeitos de análises sobre a contribuição dos serviços de assistência técnica e extensão rural, bem como para a elaboração de reflexões sobre as perspectivas destes serviços para a agricultura familiar no Amapá, foram analisados os números do Rurap no período de 2008 a 2011. No ano de 2008, o Rurap atendeu diretamente com os seus serviços um público de 12.248 agricultores familiares; em 2009 o número de assistidos foi de 12.778; em 2010, 10.226; e, em 2011, 8.639 (RURAP, 2008, 2009, 2010 e 2011).

Estes números revelam que, de 2008 para 2009, houve acréscimo no número de agricultores familiares atendidos pelo Rurap. De 2009

para 2010, ocorreu decréscimo, o que continuou de 2010 para 2011. Segundo explicações do Rurap, o decréscimo no número de agricultores familiares atendidos é decorrente da insuficiência no quadro de funcionários do órgão, o qual, no período analisado, apresentava um número significativo de profissionais trabalhando de regime temporário e insuficiente para suprir a demanda da agricultura familiar.

O Rurap também informa que tem suas operações limitadas em virtude do baixo recurso disponível para realização de suas atividades. Aliado a isto, os procedimentos técnicos de operacionalização junto aos agricultores se apresentam defasados.

Tal situação acaba por refletir alguns prejuízos para a agricultura familiar, uma vez que muitos agricultores necessitam de apoio destes serviços para conduzirem os seus sistemas de cultivo.

Correspondem aos serviços de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Amapá as seguintes atividades: emissão de identidade rural; incentivo, orientação, capacitação e resgate em organização rural; participação e assessoria em organização rural; assessoria em comercialização; apoios em áreas de lazer e recreação; educação ambiental; capacitação tecnológica; manejo florestal; educação alimentar; alimentação alternativa; apoio a organização da produção; apoio às organizações sociais e políticas de créditos (RURAP, 2010).

Dentre estas atividades, o acesso ao crédito para os agricultores familiares tem se destacado uma vez que tem possibilitado a inserção de novas tecnologias e/ou aprimoramento destas na forma de organização e produção deste tipo de agricultura.

No ano de 2008, o Rurap foi responsável pela elaboração de 214 projetos de financiamento para a agricultura familiar no estado do Amapá; em 2009 foram 316; e em 2011, 309. Os números de 2010 não foram possíveis, pois um incêndio no instituto destruiu alguns documentos, dentre os quais estavam os que tinham os números de projetos elaborados em 2010.

Os números acerca dos projetos elaborados pelo Rurap e os valores envolvidos, no período de 2008 a 2011, são apresentados na Tabela 2. (RURAP, 2008, 2009 e 2011).

Tabela 2 – Número de projetos elaborados pelo Rurap para a agricultura familiar no estado do Amapá, por discriminação da fonte do recurso, ano dos projetos e valores envolvidos.

Discriminação	Projetos elaborados			Valores (R\$)		
	2008	2009	2011	2008	2009	2011
FRAP	97	17	96	2.438.128,43	393.071,04	1.670.426,04
Pronaf A	46	20	1	781.381,17	337.725,90	21.500,00
Pronaf B	47	226	189	70.500,00	439.500,00	445.925,14
Pronaf AC	1	1	-	3.095,90	2.386,80	-
Pronaf AF	21	52	19	455.012,04	921.226,64	332.560,47
Pronaf C	2	-	-	10.801,80	-	-
Pronaf floresta	-	-	4	-	-	72.011,13
TOTAL	214	316	309	3.758.919,34	2.093.910,38	2.542.422,78

Fonte: Rurap (2008/2009/2011).

Os dados constantes na Tabela 2 mostram que o número de projetos elaborados pelo Rurap para a agricultura familiar aumentou em 47% do ano de 2008 para 2009, e que deste ano para 2011 ocorreu um decréscimo em tais números. No que se refere a valores envolvidos, observa-se que de 2008 para 2009 ocorreu um decréscimo na quantidade dos recursos envolvidos nos projetos, enquanto que, de 2009 para 2011, houve aumento nos valores.

A oscilação nos números de projetos elaborados pelo Rurap, de acordo com o instituto, é explicada pela insuficiência no quadro de técnicos para atender a demanda dos agricultores, já que estes necessitam de profissionais para a elaboração de projetos.

Em relação às oscilações nos números de valores dos projetos, as explicações encontram-se no fato de que as linhas de crédito apresentam valores diferenciados de acesso e, no período avaliado, muitos dos projetos foram elaborados para acessar recursos de linhas com menores possibilidades de valores.

Em 2010, um pacto federativo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o governo do Amapá teve como resultado para o Rurap a superação de um dos seus maiores desafios, possuir um quadro de pessoal próprio e em número adequado para atender às demandas da agricultura familiar no estado.

No entanto, muitos dos novos técnicos que compõem o quadro do Rurap não têm conhecimento aprofundado da realidade da agricultura familiar no estado, uma vez que muitos vieram de outros estados da federação. Com isso, os técnicos terão que, primeiramente, se familiarizar com a dinâmica da agricultura local e, por isso, resultados positivos não serão possíveis de serem visualizados nos próximos anos.

No geral, os serviços de assistência técnica e extensão rural, promovidos pelo Rurap na agricultura familiar no Amapá, apesar das dificuldades para operar em campo, vêm apostando na perspectiva de implantação de melhorias e avanços para o fortalecimento desta agricultura, entendido principalmente com o alcance de um quadro de profissionais e com a aquisição de veículos e equipamentos que venham atender às demandas da agricultura familiar. Com isso, espera-se que os serviços oferecidos pelo Rurap possam alcançar um número maior de agricultores familiares e fornecer-lhe bons serviços.

Políticas de créditos para a agricultura familiar no Amapá

O acesso ao crédito é importante para que o agricultor consiga dinamizar sua atividade, implantando melhorias na infraestrutura, na produção e em várias outras etapas até a comercialização dos produtos. Este acesso proporciona a adoção de novas tecnologias, que tornam o produto agropecuário mais competitivo e capaz de atender um mercado consumidor cada vez mais exigente.

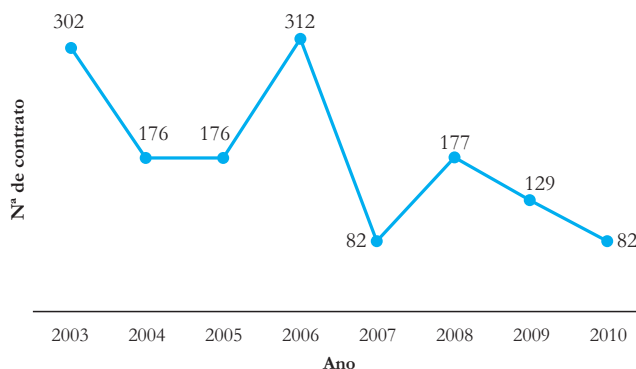
De acordo com Souza (2012), o crédito rural, juntamente com outros serviços, é de fundamental importância para que haja o incremento na produtividade agrícola que decorre do uso de insumos modernos e da introdução de novas variedades de cultivo, o que tende a aumentar a produção e melhorar as condições de vida do conjunto da população.

No Amapá, a história do crédito rural coincide com a criação e institucionalização do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em 1974, sendo criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá (Acar) vinculada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – Abcar (RURAP, 2008).

A agricultura familiar amapaense tem acessado créditos e financiamentos de três fontes: Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá – FRAP; Fundo Constitucional de Desenvolvimento Rural do Norte – FNO e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Para ter acesso ao crédito, o agricultor precisa apresentar um projeto, que deve ser elaborado por um profissional (geralmente concedido pelo Rurap) e submetido à avaliação das fontes de financiamento.

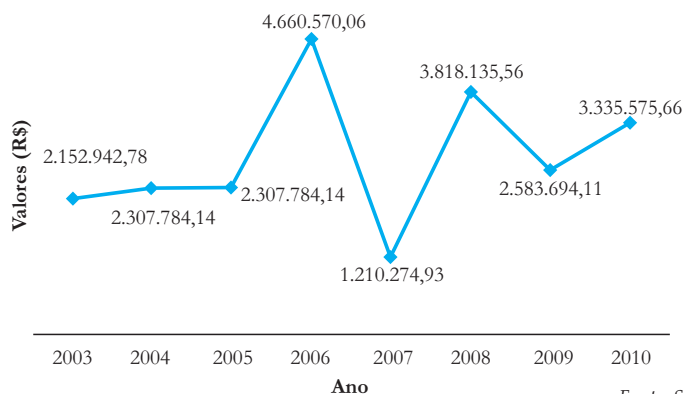
O acesso ao crédito e os valores envolvidos, de maneira geral, têm oscilado ao longo do tempo. Nos Gráficos 1, 2, 3, 4 e 5 será demonstrada uma síntese das operações do crédito para a agricultura familiar no Amapá ().

Gráfico 1 – Número de contratos, do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá, concedidos aos agricultores familiares do estado do Amapá no período 2003-2010



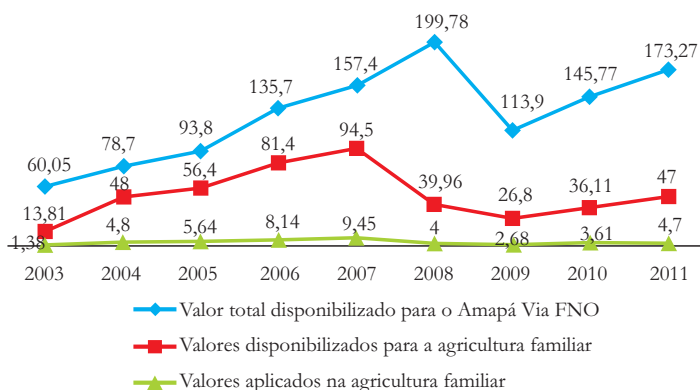
Fonte: SDR (2010).

Gráfico 2 – Quantidade de valores, do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá, concedidos aos agricultores familiares do Estado do Amapá no período 2003-2010.



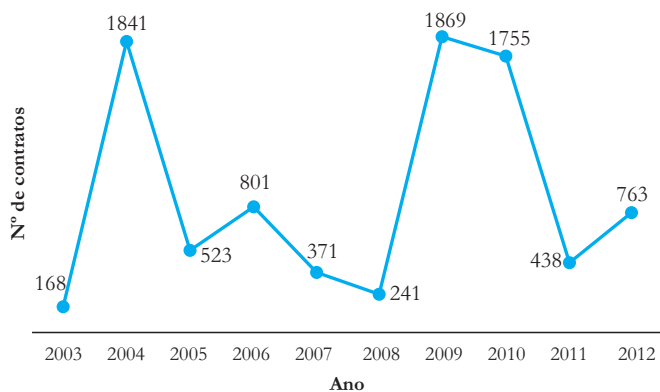
Fonte: SDR (2010).

Gráfico 3 – Evolução dos valores disponibilizados via FNO para o Amapá e valores disponibilizados e aplicados na agricultura familiar do estado no período 2003-2011



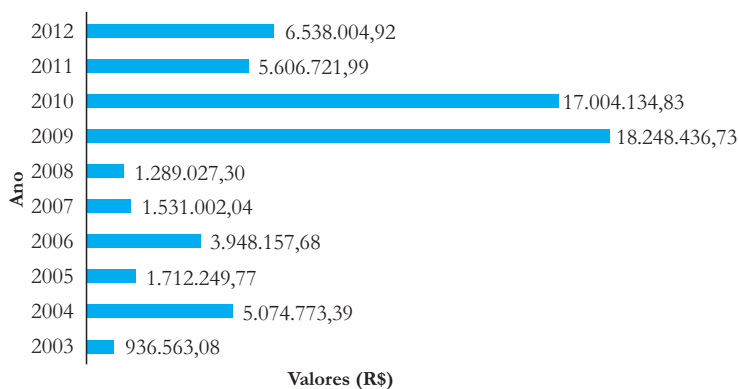
Fonte: SDR, 2011
(Plano de aplicação do FNO).

Gráfico 4 – Evolução do número de contratos do Pronaf no estado do Amapá no período 2003-2012



Fonte: Banco Central do Brasil, 2013.

Gráfico 5 – Valores de créditos concedidos via Pronaf para a agricultura familiar estado do Amapá no período 2003-2012



Fonte: Banco Central do Brasil, 2013.

Nos gráficos acima é mostrado o desempenho dos programas de crédito para a agricultura familiar no estado do Amapá. Percebe-se que ao longo do tempo vêm ocorrendo oscilações tanto nos números de contratos quanto nos valores envolvidos nos créditos concedidos à agricultura familiar.

O gráfico 3 mostra a evolução na aplicação dos recursos do FNO para a agricultura familiar; é perceptível que os valores aplicados na agricultura familiar estão muito aquém do total que é destinado especificamente para esta agricultura.

A situação do que é demonstrado nos gráficos decorre de uma série de fatores que têm limitado o bom desempenho das políticas de crédito para a agricultura familiar no Amapá.

Dentre estes fatores está a deficiência nos serviços de assistência técnica, que tem refletido no baixo número de projetos elaborados; a situação de inadimplência em que muitos agricultores se encontram, uma vez que nesta situação não conseguem acessar a créditos e projetos aprovados; a falta de legalização fundiária, pois na inexistência do título do terreno muitos projetos deixam de ser aprovados; a burocracia, contribuindo para a demora entre a elaboração do projeto de financiamento e a aprovação deste, desestimulando muitos agricultores a prosseguir na busca por acesso a créditos. Somado a isto, tem-se a questão de que no Amapá ocorrem as interferências ou favorecimentos políticos na liberação de créditos, fazendo com que o acesso a este recurso ocorra de maneira desigual.

Pelos números apresentados nos gráficos, observa-se que os programas de linhas de crédito para a agricultura familiar ainda apre-

sentam um caráter de instabilidade no que se refere ao número de projetos firmados e valores envolvidos. Dessa forma, constata-se que ainda é necessário grande avanço para que de fato as políticas e o acesso ao crédito sejam uma realidade efetiva na vida dos agricultores familiares do Amapá. No mais, as perspectivas dos programas de créditos para a agricultura familiar ainda não têm um rumo direcionado.

Considerações finais

Diante do exposto, pode-se argumentar que algumas considerações e reflexões acerca das perspectivas para a agricultura familiar no estado do Amapá são cabíveis.

A primeira diz respeito ao fato de que é inegável a forte contribuição da agricultura familiar para a produção de muitos alimentos que ajudam de maneira significativa no abastecimento do mercado local. Além disso, a dinâmica da agricultura familiar no estado vem contribuindo para a fixação do trabalhador no campo, uma vez que consegue gerar postos de trabalho para muitas pessoas.

Outra consideração se refere ao fato de que, apesar de existirem diversos mecanismos que visem ao fortalecimento da agricultura familiar no Amapá, há ainda a necessidade de avanços para que esta possa realmente demonstrar sua potencialidade em termos de alimentos melhores e mais saudáveis para o consumo. Também é verificável que, apesar da existência de alguns fatores que limitam as atividades da agricultura familiar, esta ainda mantém uma de suas principais características e importância no estado, a segurança alimentar para muitas pessoas.

Enfim, esta pesquisa revela que a agricultura familiar praticada no Amapá tem recebido de forma tímida políticas por parte do estado

para o desenvolvimento da produção. No entanto, algumas medidas, ainda que de forma embrionária, já estão em andamento para promover melhorias nesse cenário. Grandes avanços são tidos como necessários para que este segmento possa alcançar bom desempenho, o qual tem sua configuração na capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos e comprometidos com o crescimento e o desenvolvimento da agricultura familiar.

Referências Bibliográficas

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Levantamento de safras**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?>>. Acesso em: 12 set. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-RELRURAL>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

FREITAS, J. L. **Sistemas agroflorestais e sua utilização como instrumento de uso da terra**: o caso dos pequenos agricultores da ilha de Santana, Amapá, Brasil. 2008. 247f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém.

GUANZIROLI, C. et. al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001. 288p.

HALAMSKA, M. Relações com a sociedade global. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. v. 2. Campinas: Unicamp, 1998, p. 233-270, 348p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

_____. **Levantamento sistemático de produção agrícola 2008/2009**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1618&z=t&o=26&i=P>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ (RURAP). **Relatório de Atividades 2008**, Macapá-AP, 2008.

_____. **Relatório de Atividades 2009**, Macapá-AP, 2009.

_____. **Relatório de Atividades 2010**, Macapá-AP, 2010.

_____. **Relatório de Atividades 2011**, Macapá-AP, 2011.

JEAN, B. A agricultura familiar, o Estado e o estado da agricultura familiar. In: LAMARCHE, Hugues (Org.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. v. 2. Campinas: Unicamp, 1998. p. 271- 302. 348p.

LIMA, R. A. P. Agricultura camponesa e dinâmica de ocupação do Território no Estado do Amapá. In: PORTO, J. L. R. **Amapá: aspectos de uma geografia em construção**. Série Percepções do Amapá. Macapá-AP, v. 1, p. 35-57, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano safra da agricultura familiar 2012/2013**. Publicação especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Consultoria legislativa do senado federal – centro de estudos, texto para discussão 48, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD48-MarcusPeixoto.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

PORTO, J. R. L. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000**. 2002. 216 f. Tese (doutorado em Economia Aplicada), Campinas.

ROMERO, J. I. **Questão agrária: latifúndio ou agricultura familiar**. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1998. Coleção Paradoxos. 95p.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR). **Projeto de Produção Integrada – SAFRA 2009 / 2010**. Macapá-AP, 2008.

_____. **Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá** – linha reembolsável. Macapá, Amapá, 2010.

_____. **Plano de aplicação dos recursos do FNO**. Macapá-AP, 2011.

_____. **O enfoque rural**: a voz que vem do campo. Disponível em: <<http://www.oenfoquerural.ap.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2011.

SOUZA, N. L. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.

VASCONCELOS, P. C. S. **Os sistemas agroflorestais de agricultores familiares do município de São Francisco do Pará**: principais barreiras e oportunidades. 2008. 222f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém.

WANDERLEY, M. N. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____.; LOURENÇO, F. A. O agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. v. 2. Campinas: Unicamp, 1998, p. 207-232, 348p.

Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011: o mito da paz no campo e a violência institucionalizada

Júnior Gomes da Silva

O presente trabalho analisa a dinâmica dos conflitos pela terra no estado do Amapá por meio dos dados coletados junto à Comissão Pastoral da Terra - CPT no período entre 2002 e 2011 e por entrevistas junto aos representantes da comissão.

O trabalho descaracteriza a ideologia ou mito de que no Amapá não existem conflitos fundiários. É notória a ideia da mídia e de parte da sociedade, de que os conflitos no campo só existem quando há agressão física ou a morte de envolvidos. No Amapá, é fato que os conflitos estão mais vinculados à pressão moral, pelo constrangimento à cidadania dos sujeitos, do uso de outras formas de violência que buscam coagir o camponês e o pressionam a vender a preços irrisórios seu lugar de moradia e a terra de lavra ou as áreas de pesca. Registram-se também casos de destruição de roças de casas de camponeses por enviados de empresas capitalistas ou pela justiça, para fins de reintegração de posse, garantindo o interesse de supostos 'proprietários'.

O conflito pela terra no Amapá basicamente é realizado por dois agentes: por empresas capitalistas (fazendeiros, madeireiros,

mineradoras e garimpos) e pelo estado, com a criação de áreas de preservação de proteção integral. Do outro lado, os posseiros compõem a parte mais sensível desse processo, pois, pelo fato de não possuírem terras reconhecidas pelo estado, ficam à margem do processo e sujeitos a pressões diversas. Os conflitos, porém, não se restringem a terra de posseiros, mas também aos quilombolas, indígenas e aos assentados da reforma agrária, sendo o Incra um dos principais responsáveis pelos conflitos no Amapá decorrente da forma equivocada de realizar assentamentos.

O trabalho apresenta-se como ensaio para uma discussão sobre os conflitos pela terra no Amapá, as políticas territoriais adotadas e os dilemas que envolvem o campo amapaense.

Histórico fundiário e características territoriais do Amapá

A estrutura fundiária amapaense ganhou sentido mais moderno com a criação do Território Federal do Amapá em 1943. Segundo Jorge (2003), entre 1901 e 1943 – período que vai da integração definitiva do Amapá ao restante do Brasil após a resolução do litígio do Contestado até a criação do Território Federal – a ocupação dos territórios locais se caracterizou por um povoamento com pequenas ilhas quase incomunicáveis, sem força de expansão e com enormes vazios, obedecendo ao padrão de ocupação amazônico dependente das condições hidrográficas.

Até a criação do território, os municípios de Macapá, Amapá e Mazagão tinham uma população muito reduzida e atividade econômica ainda menor, e basicamente suas atividades se limitavam à exploração de ouro e à criação de gado, que abastecia os mineradores, além da

coleta de borracha ou castanha na área mais próxima ao rio Amazonas e que sustentava uma reduzida população (JORGE, 2003).

Esse cenário se transformou com a criação do Território Federal do Amapá. Para Raiol (1992), a política de segurança nacional que travestiu a criação do território não vislumbrava somente o povoamento das terras fronteiriças amapaenses, mas representava também o interesse do grande capital estrangeiro em explorar os seus recursos naturais, principalmente as estratégicas jazidas manganíferas do Amapá em plena Guerra Fria, dando início à apropriação contemporânea do capital sobre os territórios locais.

Conforme Raiol,

É a partir da era ICOMI/Bethlem Steel que a história social da terra no Amapá passa a sofrer uma mudança que vai repercutir profundamente no modo de vida do camponês. É uma história de sofrimento, de lenta expropriação da terra camponesa na medida em que a política governamental promove, mais adiante, mudanças no processo de ocupação da Amazônia a se destacar, particularmente, em março de 1967, com a chegada do bilionário americano Daniel Keith Ludwig (1992, p.18).

A mudança a que o autor se refere, na verdade, foi uma política de favorecimento à formação de grandes latifúndios no Amapá, haja vista que o Decreto-Lei nº 1.164/71, que tratava sobre a indispensabilidade na Amazônia Legal das terras devolutas situadas na faixa de 100

km de largura em cada lado das rodovias federais, combinado à Lei nº 2.597/55 que versava sobre a faixa de fronteira com os países vizinhos, incorporou 90% das terras do Amapá aos bens da União, que depois eram barganhadas e distribuídas a critério do governo federal. Nesse cenário, o avanço do capital sobre as terras no Amapá não pode ser pensado dissociado de uma estratégia política de concentração de terras implantadas pelo próprio estado (LIMA, 2008, RAIOL, 1992).

Para isso, foram pensados e criados arranjos fundiários como o Projeto Fundiário do Amapá, em 1973. De acordo com Lima (2008), durante a implantação desse projeto, o Incra promoveu ações que de um lado agilizaram a legalização de muitas parcelas de terras do Amapá, mas de outro ensejaram a legitimação de grandes propriedades, sendo que em muitas delas o processo ocorreu de forma irregular.

Como exemplo temos o processo de alienação de terras públicas no Amapá pela Concorrência Pública nº 01/78/Incra/DF que trazia um detalhe relevante: cada empresa poderia concorrer a uma única parcela de terra. Porém, segundo Lima (2008), o grupo Caemi forjou a participação das empresas do grupo como, por exemplo, Icomi, Amcel, entre outras, sendo firmado, junto ao Incra, um contrato de compra e venda das terras com as empresas do grupo. Em 1984, as parcelas de terras vendidas ao grupo e já dotadas de títulos definitivos passaram a ser controladas unicamente pela Amcel, que passou a ser proprietária de um imóvel rural de 155.577 ha, e ao serem demarcadas aumentaram em 11%, chegando a 171.987 ha.

O Projeto Fundiário do Amapá pode ser dividido em outros dois projetos menores: o Distrito Agropecuário do Amapá, que

abrangia uma área de 600.000 ha, em sua maioria de florestas tropicais, e visava atividades de horticultura, agricultura, pecuária etc. com distribuição de parcelas de terras que variavam de 100 a 15.000 ha, tendo como objetivo elevar o potencial agrícola e de abastecimento do Amapá por meio da estratégia de ocupação dos territórios pelo viés da concentração de áreas em determinadas companhias. Na realidade, este projeto se baseou na conversão da floresta em pastagem para o gado (LIMA, 2008).

O outro projeto seria o Distrito Florestal do Amapá, que se situava na porção central do estado e foi planejado para a plantação e cultivo de pinus pela Amcel, criada em 1976, o que imobilizou cerca de 1,5 milhões de hectares de terras públicas para a implantação do projeto da empresa. Desse modo, não há mais dúvidas a respeito de que forma ocorreu a apropriação das terras amapaenses pelo grande capital (LIMA, 2008).

Conforme Torrinha (2006), a concentração de terras que esses programas estatais criaram no Território Federal é um dos principais elementos para se explicar os atuais conflitos pela terra no Amapá, pois à medida que crescia a concentração de terras, avolumava-se também o número de conflitos. Na década de 1980, o Amapá representava um paraíso para os latifundiários, com propriedades que chegavam a se configurar entre os 20 maiores latifúndios do país, não apenas o caso da Jari e da Amcel, mas da empresa fantasma Agroindustrial do Amapá S.A, que possuía mais de 460 mil ha do município do Mazagão e do latifúndio de João Francisco Martins Barata, em Calçoene, que chegou a ser o sexto maior do Brasil.

Nesse sentido, o estado, objetivando destinar áreas a empresas que desejassem implantar grandes projetos agropecuários e florestais no Território Federal, acabou, na verdade, consolidando e legalizando grandes imóveis rurais amapaenses como é o caso da própria Amcel, que melhor representa hoje no Amapá a configuração da terra pertencente ao capital, haja vista que grandes áreas de terras locais passaram a se destinar à geração de renda fundiária por meio da exploração do trabalho, representando a lógica capitalista do uso da terra, que se contradiz com a terra do trabalho na qual o ocupante não possui o título da terra, apenas o trabalho é invocado como garantia de direito (JORGE, 2003, LIMA, 2008, MARTINS, 1981).

Essa aliança entre o grande capital e o Estado no Amapá não só assenhoreou enormes parcelas de terras a algumas empresas, mas também renegou a agricultura camponesa ao segundo plano. Segundo Jorge (2003), essa política fundiária concentradora da União iniciada nos anos de 1970 refletiu de forma contundente nos anos de 1980, uma vez que o Índice de Gini do Amapá nessa década era de 0.905, enquanto o do Brasil era de 0.854; ou seja, se nesse período no país a terra era concentrada, no Amapá ela era ainda mais.

Para Raiol (1992), a expropriação do camponês local se deu nesse cenário de consolidação de grandes latifúndios, sendo que o mesmo era expropriado e, em seguida, explorado, pois, para o autor, a expropriação do camponês amapaense se deu de forma muito singular: ele era separado da sua terra pela criação da fantasia de independência econômica, via os altos salários proporcionados pelas grandes empresas agrominerais instaladas no então Território Federal.

Assim, é possível afirmar que foi com a criação do Território Federal do Amapá que se consolidou o açambarcamento das terras e das riquezas naturais do Amapá e, conseqüentemente, a expropriação e desarticulação do campesinato local, que reflete até os dias atuais na dinâmica dos conflitos pela terra no estado (RAIOL, 1992).

Numa perspectiva atual, pode-se afirmar que a estrutura fundiária amapaense é de complexa análise, haja vista que até hoje não foi definida uma política de destinação das terras públicas do estado. Segundo Jorge (2003), para se obter o direito de regularizar a terra no Amapá, ainda é preciso tomar posse dela por conta e risco, edificar benfeitorias e fazer plantações, ou seja, estabelecer a posse por simples ocupação, favorecendo a ocorrência de conflitos.

Conforme Lima (2008), na segunda metade da década de 1990, um novo modelo para a gestão das terras amapaenses começou a ser introduzido, com ênfase na proteção das florestas locais por meio de mecanismos de controle dos recursos naturais. Nesse momento, o uso da terra no estado passou a englobar uma política governamental de sustentabilidade, traçando-se áreas prioritárias para atividades como o extrativismo.

Em resposta, observa-se uma tendência de desconcentração da propriedade da terra no Amapá. Nos anos 2000, o Índice de Gini nacional era de 0.802, enquanto o do Amapá era de 0.613, mas a participação dos imóveis menores que 100 ha continuou bastante reduzida. Em 2007, o estado apresentava um cenário fundiário marcado pela forte concentração da propriedade da terra, pois as pequenas propriedades representavam 90% dos imóveis rurais, porém, ocupa-

vam apenas 15,5% das terras locais, ao passo que as grandes propriedades eram apenas 2,6% dos imóveis rurais, mas ocupavam 75,5% das terras amapaenses (CPT, 2012; JORGE, 2003).

Outra questão importante para o atual entendimento do cenário fundiário amapaense é o fato que a União ainda influencia bastante os rumos da distribuição e tomada de decisões sobre as terras no Amapá, pois controla ainda um elevado quantitativo de terras no Amapá, órgãos federais como Incra, Ibama e Funai detêm cerca de 80% das terras públicas do estado.

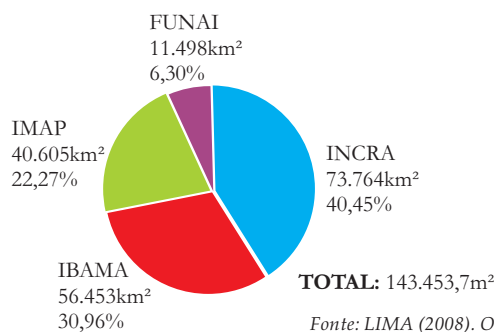
Sobre esse tema, em 2007, foi criado o Decreto nº 6.291 de 07/12/2007, que transferia gratuitamente ao estado do Amapá as terras públicas federais situadas em seu território que estivessem arrecadadas e matriculadas em nome da União. Entretanto, o órgão responsável pelo georreferenciamento e ordenamento fundiário no estado, o Instituto de Ambiente e Ordenamento Territorial no estado do Amapá – IMAV vem encontrando dificuldades no que se refere aos estudos e ao firmamento de convênio com o Incra para levantar o real patrimônio fundiário amapaense. A criação de unidades de conservação e reservas indígenas é outra temática emblemática quando se fala de política fundiária no Amapá.

Segundo Lima (2008), as unidades de conservação somam 6.498,945 há; os territórios indígenas somam 1.149,840 ha, sendo que as unidades de conservação circundam os territórios indígenas legitimados, formando um mosaico da preservação que possui 7.648,785 ha, 54% das terras amapaenses. De acordo com autor, se for somado a este quantitativo 561.428 ha dos territórios de colonização do Incra, mais os 710.977

ha dos monocultivos das empresas Jari e Amcel, temos 8.921,190 ha, isto é, 62% dos 14.345,370 ha existentes no território amapaense estão indisponíveis para qualquer outro tipo de atividade territorial.

Justaposto a isso, existem atuações territoriais de posseiros, grileiros, garimpeiros, fazendeiros, quilombolas, ribeirinhos, assentados, dentre outros, que criam no espaço amapaense contradições e antagonismos que se revelam principalmente na forma de conflitos pela da terra. No Gráfico 01 é mostrada a distribuição das terras públicas do Amapá.

Gráfico 01- Distribuição das terras do Amapá



Como pode ser visto pelo Gráfico 01, a União ainda controla um elevado quantitativo de terras no Amapá, uma vez que órgãos federais como Incra, Ibama e Funai mantêm aproximadamente 80% das terras públicas do estado. Dessa forma, o Amapá apresenta um cenário de sobreposição de territórios por órgãos federais como o Ibama, Incra, Funai, e também latifúndios de empresas como a Amcel e Jari Celulose.

Assim, pode-se inferir que os conflitos pela terra no Amapá são frutos de ações políticas pretéritas e atuais que reconfiguram constantemente o espaço amapaense. Essas ações criam e recriam limites territoriais que, por sua vez, fazem surgir novas dinâmicas sociais em relação à propriedade da terra, resultando no cenário favorável à ocorrência de conflitos pela terra.

Todavia, mesmo diante desse cenário, poucos meios de comunicação a divulgam, ajudando a criar o mito de que no campo amapaense não existe violência. Frente a isso, apresentamos os registros de conflitos pela terra da CPT no estado delimitados entre os anos que compreende de 2002 a 2011, o que ajuda a entender que, além de violência no campo, há também ações de resistência dos camponeses amapaenses às ações associadas tanto do capital quanto do estado, embora esses camponeses ainda se apresentem pouco organizados politicamente.

Os conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011

Inicialmente, cabe ser dito que os conflitos e a violência pela terra no Amapá não são nenhuma novidade para quem conhece a realidade do campo amapaense. Porém, foi com a penetração do capitalismo, promovida pelos incentivos fiscais e arranjos fundiários estatais, os quais acarretam a concentração da propriedade da terra em empresas de exploração agrominerais, que os conflitos pela terra se irromperam no campo amapaense.

Nos anos de 1980, por exemplo, com a instalação definitiva do projeto Amcel no cerrado amapaense, as notícias da expulsão de famílias de posseiros que viviam ao longo das margens da BR-156 se tornaram

comuns. Na década de 1970, a Jari Celulose entrou em conflito com moradores que estavam se estabelecendo no que seria doravante a favela do Beiradão, então município de Mazagão (RAIOL, 1992).

Os conflitos pela terra no Amapá ganharam notabilidade nacional e internacional com a bárbara chacina dos Magave em 1993 no município de Amapá, onde foram assassinados e esquartejados cinco membros da família. A chacina ocorreu pela resistência da família às ameaças e pressão para vender sua propriedade à empresa Santa Clara e ao fazendeiro Aderbal Távora. Outro assassinato foi da líder do MST no município de Laranjal do Jari, Maria Nazaré Souza Mineiro, em 1998, que teve sua morte tramada por especuladores de terras do município, visto que sua atividade de remanejamento de moradores das palafitas para assentamentos em terras periurbanas apoiada por órgãos governamentais estava incomodando os interesses (TORRINHA, 2006).

Esses exemplos de conflitos servem para comprovar duas coisas. A primeira, que os conflitos pela terra no estado surgiram de um quadro de tensão social específico de uma área fronteira, cujo capital tardiamente chegou, mas conseguiu dominar pontos estratégicos para a exploração da terra, onde o suposto mito de que o Amapá está imune a grandes registros conflituosos, junto a uma tênue resistência camponesa, servem como pseudoexplicação para que se pense que o estado não possui conflitos por terra, resultando na negação do antagonismo existente entre diferentes atores sociais que encontram nas terras amapaenses o seu meio de sustentação de vida ou de exercício do poder econômico (RAIOL, 1993; TORRINHA 2006).

A segunda é justamente o fato de que, embora o Amapá apresente na sua história e no seu presente casos volumosos de conflitos pela terra, os mesmos não são considerados no cenário político; sendo praticamente um assunto proibido, inaceitável à realidade de um estado que historicamente é visto como sendo um vazio demográfico, constituído de terras devolutas (RAIOL, 1992).

Entretanto, a violência no campo amapaense é preocupante, pois sua população rural é uma das menores do Brasil, o que hipoteticamente deveria rebaixar os números de conflitos. Os números de 2002 a 2011 da CPT apontam que, em dez anos, mais de 11 mil famílias foram expulsas ou despejadas de suas terras, sendo que o Amapá nesse período chegou a figurar entre os estados com maior índice de conflitos pela terra em todo o país (CPT, 2012). Isso indubitavelmente merece ser analisado.

A geografia dos conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011

Para se entender a dinâmica dos conflitos no Amapá, é necessário compreender que os conflitos pela terra no estado podem ser entendidos como o resultado da ação de dois grandes segmentos. O primeiro segmento seria o institucional, em que os conflitos pela terra são vistos como produzidos pela ação direta ou indireta das instituições políticas do estado. A negligência ou omissão de órgãos responsáveis pela execução e desenvolvimento de políticas públicas também pode ser compreendida dentro desse segmento (MANIGLIA, 2009).

O segundo segmento seria o estrutural, em que os conflitos pela terra estão ligados às relações dominantes de produção capitalista,

destacando-se aí atores sociais particulares como madeireiros, grileiros, fazendeiros, grandes empresas etc. Nesse segmento, a violência dos atores sociais dominantes recai geralmente sobre os camponeses (MANIGLIA, 2009).

Com isso pode-se inferir que no Amapá os conflitos pela terra resultam da ação conjunta e indissociável desses dois segmentos. Para Raiol (1992), isso ocorre por existir uma política de manutenção de um estado de “pacificidade camponesa”, que se construiu pela aliança estratégica do estado com o capital e que visa desde a criação do Território Federal formar uma sociedade camponesa alienada, subserviente e marginalizada politicamente.

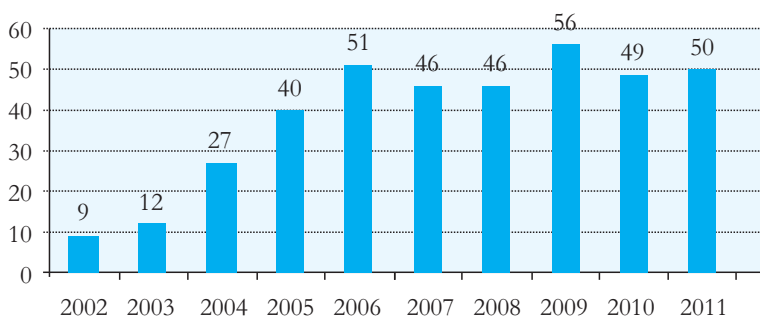
Essa pacificidade não impede completamente que esses conflitos pela terra provoquem resistências no campo amapaense, porém, elas não se configuram somente na disputa e no uso da propriedade da terra, mas também pela defesa e conquista de direitos e territórios em diferentes contextos sociais, sendo que sua matriz está na ausência ou má gestão de políticas públicas.

A resistência do camponês encontrada no Amapá, de forma geral, não é visível em ações de ocupação ou invasão de terras, pois isso requer uma forte organização camponesa que ainda não se construiu no estado, mas deve ser compreendida como o confronto com as condições impostas pelo capital e pelo estado que buscam desterritorializá-lo, proletarizá-lo, fazendo com que o mesmo se recrie. Assim, a violência ultrapassa a agressão física, sendo também moral, pois envolve igualmente o constrangimento e a cidadania dos camponeses que têm suas casas e roças destruídas por seguranças de empresas

capitalistas ou são despejadas por polícias que cumprem ordem de reintegração judicial (CPT, 2012; MARTINS, 1981).

Os registros da CPT, entre 2002 a 2011, subsidiam melhor essa análise dos conflitos e sua dinâmica no campo amapaense. Desse modo, de antemão, pode-se dizer que nos dez anos analisados, o Amapá figurou entre os estados com maiores índices no Brasil, pois apresentou 386 registros de conflitos pela terra. No Gráfico 02 é mostrada a distribuição anual desses.

Gráfico 02 – Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011



Fonte: CPT. Org. Júnior Silva (2013).

Para melhor análise desses registros, dividiremos o período em dois quinquênios, entre 2002 e 2006 e de 2007 a 2011.¹ O primeiro quinquênio apresenta um crescimento ininterrupto dos registros de casos de conflitos, saindo de nove casos em 2002, para 51 em 2006. No ano de 2005, seu índice de conflitividade, que é a proporção do número de conflitos de cada estado em relação à sua participação na população

¹ A CPT nacional publica os dados sobre os conflitos no ano subsequente ao registro, isto é, os conflitos do ano de 2011 foram lançados em 2012, incluindo aí o registro de alguns conflitos ocorridos nesse ano até o fechamento da edição. Vale ressaltar que a CPT privilegia para o registro dos conflitos a pesquisa primária, que consiste no conhecimento do conflito "in locu", mas também utiliza a pesquisa secundária baseada em notícias de jornais, revistas etc., que, no entanto, são apuradas pelos seus agentes para serem publicados ou não.

rural brasileira, foi de 14.2, isto é, nesse ano os conflitos pela terra no Amapá foram 14 vezes maiores que a sua participação na composição da população rural nacional, valor classificado como excepcionalmente alto (GONÇALVES, 2004).

O ano de 2006 também foi bastante conflituoso, não só porque apresentou o maior número de conflitos (51 registros), mas também por ter se elevado consideravelmente o quantitativo de famílias envolvidas (1.628). Esse número representa a primeira vez em que os conflitos pela terra no Amapá transcenderam a barreira de mais de mil famílias. A área disputada também nunca havia sido tão grande, chegando a 243.646 ha (CPT, 2007).

Nesse período, o Amapá se destacou como sendo um dos estados com os mais altos registros de famílias camponesas expulsas de suas posses (236), assim como apresentou registros de famílias despejadas classificadas como de caráter muito alto, cerca de 2.0. O cálculo desses índices é feito pela proporção do número de pessoas envolvidas nos conflitos em relação à sua população rural. Isso significa que, nesse período, de cada quatro famílias envolvidas em conflitos pela terra no estado, pelo menos duas foram expulsas por atores particulares ou foram despejadas pelo aval do poder público. O fato credenciou o Amapá, no ano de 2005, como o décimo estado mais violento do país, ao lado do estado de Pernambuco (GONÇALVES, 2004).

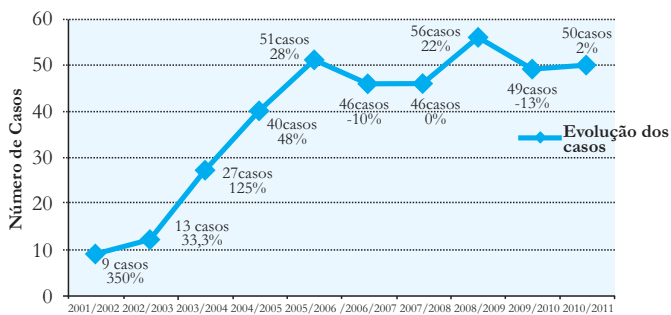
Quanto ao quinquênio 2007-2011, observa-se que em 2007 houve redução de 10% em relação ao ano de 2006 no número de casos de conflitos, que se manteve inalterado em 2008, apesar de 2007 ter apresentado a maior área disputada em dez anos (263.171 ha) e 2008 a

segunda (262.371 ha). Apesar dos registros diminuírem, a área em disputa aumentou, o que pode ser explicado pela implantação ou reativação de atividades agroexploradoras como os projetos de mineração da MPBA, MMX, Mineração Santa Maria, bem como a implantação de projetos de cultivo de soja e outros grãos às margens da BR-156 que intrinsecamente necessitam de uma área volumosa para se implantarem.

No entanto, a redução nos registros de conflitos pela terra cessa em 2009, pois esse ano apresenta o maior número absoluto de conflitos (56 registros); já 2010 (49 registros) e 2011 (50 registros), embora apresentem uma redução em relação a 2009, são, de forma geral, anos bastante conflituosos se comparados aos anos do quinquênio 2002-2006. A CPT (2011) apontava em 2010 que o Amapá era ainda um dos dez estados mais violentos do país. Para referência, existiam três pessoas ameaçadas de morte no estado envolvidas em conflitos pela terra.

O ano de 2011 não foi diferente. Em nenhum momento anterior tantas famílias se envolveram na luta pela terra no Amapá (2.185); alguns casos de conflitos chegaram a ser noticiados nos jornais, como o que envolveu um conhecido madeireiro do município de Porto Grande e famílias de posseiros que viviam há anos em uma área próxima ao km 117 da Estrada de Ferro do Amapá. O desfecho desse conflito ainda está incerto, as famílias continuam na área por força de uma liminar impetrada pela CPT/Amapá, baseada em fundadas suspeitas de que a área em disputa foi grilada pelo madeireiro. Nesse ano, também foi registrado um caso de ameaça de morte no município de Mazagão. No Gráfico 03 é demonstrada, em termos percentuais, a dinâmica dos conflitos.

Gráfico 03 – Evolução dos casos de conflitos por terra no Amapá entre 2002 e 2011



Fonte: CPT (2011). Org. Junior Gomes da Silva

A evolução dos registros de conflitos pela terra no Amapá foi comparada pelo ano antecessor com o seu sucessor. Assim, percebe-se que há biênios em que o crescimento foi bastante elevado, como nos anos de 2001 (2 registros) para 2002 (9 registros), com um aumento de 350%. Outro ano que apresentou um crescimento extremamente elevado foi 2003, pois no ano de 2002 registraram-se 12 casos que, em 2003, aumentaram para 27, um aumento percentual de 125%.

Desse modo, embora apresente anos com redução no número de registros, como ocorreu em 2007, 2008 e 2010, os conflitos pela terra no Amapá, em geral, apresentaram um crescimento médio em dez anos de 56,3%, bem acima da média nacional do período, cerca de 30% (CPT, 2011).

Nesse sentido, comprova-se que a violência no campo amapaense é uma realidade posta, porém camuflada. É importante ratificar que os conflitos pela terra não se identificam somente por agressões físicas ou em casos extremos de assassinatos, como ficaram estereotipados, por exemplo, os conflitos no estado do Pará.

Isso apenas fortalece o “mito” de que a violência no campo amapaense não existe, que é um problema típico do quintal do vizinho Pará e, quando existe, trata-se de briga de cerca. Pode-se desmistificar ainda mais se for analisada a distribuição desses conflitos, assim como os seus principais sujeitos sociais atingidos e os agentes da violência no campo amapaense.

Embora os conflitos pela terra envolvam diferentes grupos sociais, como quilombolas, indígenas e assentados de projetos de reforma agrária do Incra, indiscutivelmente, considera-se como principal atingido pela luta da terra no Amapá o posseiro que sofre tanto com o descaso do poder público, que não lhe oferece meios concretos de legalização jurídica de sua posse quanto com a ação violenta de agentes particulares, como madeireiros, fazendeiros, grileiros, mineradoras etc.

Mesmo não existindo registros consistentes sobre o envolvimento desse grupo nos conflitos, percebeu-se que, durante os anos de 2002 e 2011, os posseiros foram os principais sujeitos afetados pela disputa da terra no estado. Tal fato se dá porque o posseiro não valoriza a terra como uma forma de propriedade, mas como seu instrumento de trabalho, que precisa da terra para viver. Assim, a resistência dos posseiros é uma luta contra a utilização da terra para fins de produção capitalista ou de meio de acesso a outras formas de riquezas como minérios, madeira e até mesmo incentivos fiscais (MARTINS, 1981).

De outro lado, têm-se como principal agente da violência particular no campo amapaense as empresas de celulose que vêm desencadeando ações de grilagem de terras, despejos e expulsões de

camponeses, sem mencionar a pressão que fazem junto aos posseiros para que vendam suas terras e benfeitorias a preços irrisórios. Assim, as empresas são exemplos da violência causada pela lógica capitalista de produção e apropriação da terra, principalmente depois que a gestão da empresa, em 2008, mudou do capital americano para o japonês; foi revertida a política de boa vizinhança que a empresa vinha mantendo com os posseiros que supostamente vivem em suas terras.

Os registros da CPT mostram que a empresa de celulose Amcel esteve envolvida em grande parte dos conflitos pela terra nos últimos dez anos no Amapá, conflitando com aproximadamente 1.024 famílias. Desta forma, fica mais do que patente que os conflitos pela terra no Amapá não se tratam de mera briga de cerca, mas resultam de interesses antagônicos, em que de um lado se têm atores hegemônicos exemplificados em empresas como a Amcel e de outro sujeitos sociais desassistidos pelo estado como os posseiros.

Tais fatos comprovam que no Amapá os conflitos pela terra representam a resistência do campesinato local frente à expansão territorializante do capital internacional e nacional, pois à medida que a marcha do capital se expande, amplia-se também a resistência camponesa, aumentando o número de casos de conflitos pela terra, embora este campesinato ainda apresente uma organização e consciência política muito incipiente no cenário amapaense.

Outro argumento que colabora na análise dos conflitos pela terra no Amapá é a distribuição territorial desses. Entre 2002 e 2011, dos 16 municípios do estado, 15 apresentaram conflitos; o único município que a CPT/Amapá não registrou nenhum nesse período foi

Serra do Navio². Na Tabela 02 é elencada a distribuição dos conflitos pela terra.

Tabela 02 – Distribuição dos conflitos pela terra entre 2002 a 2011

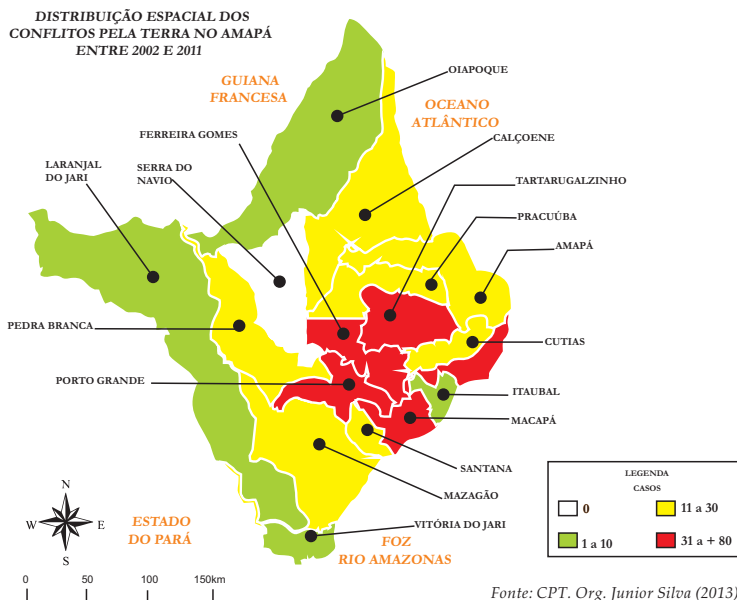
Colocação	Município	Total de Registros	%
1º	Macapá (área rural)	86	22,27
2º	Ferreira Gomes	62	16,06
3º	Tartarugalzinho	45	11,65
4º	Porto Grande	35	9,06
5º	Calçoene	26	6,73
6º	Cutias	25	6,47
7º	Pracúuba	23	5,95
8º	Pedra Branca do Amapari	21	5,44
9º	Amapá	17	4,40
10º	Mazagão	16	4,14
11º	Santana	11	2,87
12º	Itaubal do Piriirim	09	2,33
13º	Laranjal do Jari	05	1,29
14º	Vitória do Jari	04	1,0
15º	Oiapoque	01	0,25
16º	Serra do Navio	0	0
	TOTAL	386	100

Fonte: CPT (2012). Org. Júnior Silva (2013).

² A metodologia para a elaboração tanto da Tabela 02 quanto do mapa se baseou na fidedignidade dos registros da CPT, os dados mostraram que não houve registro de conflitos pela terra em Serra do Navio nos últimos dez anos, o que não significa que eles não ocorreram no município em anos anteriores. No que se refere ao mapa abaixo, buscou-se ressaltar a participação de cada município na dinâmica dos conflitos. Assim, os dados da CPT mostram, com exceção de Serra do Navio, que não se registraram conflitos e Itaubal que os apresentou em menor número, mas não é fronteiriço, que os conflitos genericamente se distribuíram em três zonas, onde se usaram variações de cores emblemáticas para representar o grau de conflitividade de cada zona dessas: verde (baixa conflitividade), amarelo (conflitividade relativa) e vermelho (conflitividade alta).

Na Tabela 02 é demonstrado que, entre 2002 e 2011, a área rural do município de Macapá foi soberana no número de registros de conflitos pela terra (22,7%), seguida do município de Ferreira Gomes (16,06%), de Tartarugalzinho (11, 65%) e de Porto Grande (9,06%). Isso significa que os conflitos pela terra no Amapá, embora tenham ocorrido em praticamente todo o estado, concentram-se em uma área específica. Assim, o questionamento fica em torno do motivo de alguns municípios serem os que apresentam o maior número de conflitos pela terra no Amapá entre o período analisado. O mapa a seguir ajuda a responder a essa questão.

Mapa 1 – Distribuição espacial dos conflitos pela terra no Amapá



Este mapa permite inferir que os municípios de Itaubal do Piririm, Laranjal do Jari, Oiapoque e Vitória do Jari apresentaram baixos registros de conflitividade. Os três últimos municípios formam a zona fronteira Oeste do Amapá, onde parte de suas terras se destina a reservas indígenas e unidades de conservação, muitas de proteção integral, o que provavelmente colabora para este quadro, embora a CPT/Amapá tenha registrado conflitos pela terra em unidades de conservação como o que envolveu posseiros na Resex do Cajari em 2009 (CPT, 2011).

Nos quatro municípios, foram registrados pela CPT/Amapá, em dez anos, 19 conflitos, correspondendo a 4% do total registrado no estado. Juntos, esses municípios possuem, segundo o IBGE (2010), uma população rural de 13.075 habitantes, sendo que suas principais ações conflituosas se deram por conflitos nas áreas de unidades de conservação e reservas indígenas, ocasionadas principalmente pela prática de garimpagem em Laranjal do Jari e Oiapoque, além da atuação das empresas Jari Celulose, em Vitória do Jari e das ações de grilagem de terras pela Amcel. Em Itaubal, também houve registro de conflitos envolvendo fazendeiros contra posseiros e assentados.

Os municípios que apresentam conflitividade relativa estão na porção norte do estado, em Amapá e Calçoene; no nordeste, Cutias e Pracuúba; no sul, Mazagão; no sudeste, Santana e, na porção central, Pedra Branca do Amapari. Segundo o IBGE (2010), esses sete municípios juntos possuem uma população rural de 22.946 habitantes, sendo que, neles, a CPT/Amapá entre 2002 e 2011 registrou 139 conflitos pela terra, 36% do total. Os conflitos nesses municípios apresentam

uma gama de variedades que compreendem desde conflitos envolvendo assentados e posseiros contra criadores de búfalos em Amapá e Calçoene, passando por posseiros, grileiros e fazendeiros em Pracuúba, assim como a Amcel contra posseiros e assentados em Santana e Cutias.

Cabe ressaltar que esses municípios vêm apresentando conflitividade em ascensão, tendo o município de Pedra Branca como espelho. Até 2005, a CPT/Amapá não havia registrado conflitos nesse município, mas com o desenvolvimento de projetos de mineração no mesmo, os números dispararam, chamando a atenção para o fato de que este foi o terceiro município do país que mais teve aumento populacional registrado no último censo nacional (IBGE, 2010).

Porém, a região problema dos conflitos pela terra no Amapá é a porção sudeste do estado, onde se compreende a zona rural de Macapá, Porto Grande, Tartarugalzinho e Ferreira Gomes. Juntos, esses quatro municípios apresentam, segundo o IBGE (2010), uma população rural de 32.469 habitantes e respondem por 60% dos conflitos pela terra no estado. Nesses municípios, os conflitos envolvem diferentes sujeitos como posseiros, quilombolas e assentados do Incra contra grileiros, fazendeiros, madeireiros e principalmente a Amcel. Esses municípios concentram os conflitos pela terra em grande parte por dois motivos.

O primeiro é que, por meio da zona rural de Macapá, passando por Porto Grande, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho, ocorre a maior área natural transformada por atividades de exploração, como as áreas de cerrado, território da silvicultura desenvolvida pela Amcel, bem

como a exploração de madeiras em Porto Grande, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho. Segundo o IEPA (2006), o município de Ferreira Gomes, com 42,4%, e Porto Grande, com 20%, são os municípios que apresentam a maior extensão de áreas naturais devastadas no estado, alteração essa que se deve principalmente à atividade de silvicultura e à exploração de madeira.

O segundo motivo é que neles se concentram 19 dos 40 projetos de assentamentos existentes no estado, ou seja, 47,5% dos projetos de assentamentos da reforma agrária criados pelo governo do estado do Amapá e, principalmente, pelo Incra (INCRA, 2012).

Isso influencia os conflitos porque, segundo Galazzi (2013), tais assentamentos foram estrategicamente criados pelo Incra para servirem no futuro como área de plantio da Amcel e exploração de madeiras, pois os agricultores assentados servem como “antropizadores” da floresta, desbravando-a para que depois o capital monopolize esses territórios. Para o autor, isso ocorre porque a reforma agrária no Amapá veio de cima para baixo e visa atender interesses políticos, acarretando a criação de assentamentos sem a mínima infraestrutura, e que faz do assentado um refém de um sistema corrupto marcado pela evasão e mau uso dos créditos de instalação, sem falar que muitos cedem seus lotes para a exploração de madeira e/ou plantio de eucaliptos.

Desta forma, criam-se relações de conflitos pela terra nesses assentamentos, uma vez que empresas como a Amcel e madeiras atuam no sentido de aliciar ou expropriar o assentado do seu lote para que se consolide a exploração de recursos naturais presentes nos assentamentos como a madeira, produto que vem sendo explorado há

tempos dentro dos projetos de assentamentos do Amapá. Vale ressaltar que esse sistema se alimenta da omissão de órgãos estatais que deveriam inibir tais conflitos como o próprio Incra.

Desse modo, a CPT/Amapá mostra que pelo menos 15% dos registros de conflitos pela terra no estado nos últimos dez anos se deram em projetos de assentamentos. Nesse âmbito, os projetos de assentamentos, principalmente os geridos pelo Incra no Amapá, em vez de servirem como um instrumento de resolução da concentração da terra e dos conflitos por ela, na verdade, representam o contrário, pois passaram a ser parte do problema dos conflitos, exemplificando que a violência no campo amapaense é, além de tudo, institucionalizada.

Considerações finais

O presente trabalho abordou que o “mito da paz no campo amapaense” é uma utopia. A realidade mostra que definitivamente há um processo de luta pela terra no estado e que ela é marcada pela violência e por estratégias tanto pelo grande capital quanto do próprio estado. Este último foi e ainda é o intermediador institucional para a implantação de grandes propriedades e projetos econômicos no Amapá, pois utiliza a terra como meio para reprodução do capital e subjuga os camponeses a viverem como sujeitos sociais execrados do direito de possuir os meios de trabalho.

Portanto, no Amapá, os conflitos pela terra não podem ser pensados sem se levar em conta a aliança entre estado e empresas capitalistas como a Amcel. Nesse sentido, a discussão dos conflitos pela terra no estado precisa sair da obscuridade que ainda representa

para os meios acadêmicos e a sociedade como um todo, pois só assim se saberá que no Amapá a terra também é marcada pelo suor, pelas lágrimas e pelo sangue daqueles que por ela decidiram lutar e aos que continuam na luta fica a esperança que um dia a terra pertencerá àqueles que dela necessitam para viver.

Referências Bibliográficas

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina Silva; AFONSO, José Batista Gonçalves (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2007.

_____.; _____.; WICHINIESKI, Isolete (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2011; 2012.

GALAZZI, Alessandro. **Depoimento sobre “A Reforma Agrária de faz de conta do INCRA no Amapá”**, realizado na sede da Comissão Pastoral da Terra em 22 de maio de 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Índices de Violência no Campo Brasil 2005. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina Silva; AFONSO, José Batista Gonçalves (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2005**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/http:sinopsecensoestadosap>. Acesso em: 21 nov. 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISA CIENTÍFICOS DO AMAPÁ (IEPA). **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá**: primeira aproximação do ZEE/AP – Macapá: IEPA – ZEE, 2. ed., 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Tipos de projetos criados e o número de famílias assentadas nos projetos de reforma agrária no Amapá**. Disponível em: <www.incra.gov.br/http:sipra.sr21.htm>. Acesso em: 16 jul. 2012.

JORGE, Sérgio Paulo de Souza. **Política fundiária como instrumento de ordenamento territorial**. 2003. Dissertação – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília.

LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de. **Ordenamento territorial amapaense: dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira amazônica**. Barcelona: Universidade de Barcelona [2008]. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xcol/100.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes LTDA, 1981.

RAIOL, Osvaldino da Silva. **A utopia da terra na fronteira da Amazônia: a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá**. Macapá: O Dia Ltda, 1992.

TORRINHA, Mário Nunes. **Desordenamento territorial e conflitos rurais no estado do Amapá nas décadas de 1980 e 1990**. Belém: Amazônia Ciência e Desenvolvimento. Belém, v.2, n.3, jul/dez., 2006.

Diretoria Executiva da CUT Amapá

Presidente

Geovane Grangeiro da Silva

Vice Presidente

Francinaldo Flexa da Costa

Secretária Geral

Ivaneia de Souza Alves

Secretária de Administração e Finanças

Maria Neuziana Tavares Castro

Secretário de Comunicação

Marsolio Gomes Lima

Secretário de Organização e Política Sindical

Samuel Bastos Macedo

Secretária de Formação

Katia Cilene Mendonça de Almeida

Secretária da Mulher Trabalhadora

Idelcy Maria dos Santos Nunes

Secretário de Relações do Trabalho

Edson Azevedo dos Anjos Gomes

Secretário de Políticas Sociais

Carlos Andre da Silva Souto

Secretária de Juventude

Noenes de Souza Pereira

Secretário de Combate ao Racismo

Pedro da Silva Santos

Secretário de Saúde do Trabalhador

Jorge Moraes Penha

Secretário de Meio Ambiente

Charles Ricardo Ferreira Reis

Diretor da Executiva Nacional

Rogério Batista Pantoja

Diretoria Estadual

Cleide Maria Dias de Oliveira

Raimundo Saraiva dos Santos

Marco Antonio de Lima Nunes

Jean Freitas Moraes

Errolflynn de Souza Paixão

Claudson Xavier De Oliveira

Jane Maria Borges Vasconcelos

Lidia Elaine da Costa Trajano

Hedelson Silva Uchoa (Doca)

Paulo Pantoja Monteiro

Luiz Afonso de Souza Rodrigues

Maria de Nazaré de Souza Marques

Maria Herminia Saraiva da Silva

Doracy Agmina Sena

Hildima Ramos da Silva

Ozena Sales Sfair

Katia Cilene Neres Domingos

Francivaldo Queiroz dos Anjos

Orivaldo Ferreira Martins

Josias Maximiano de Souza

Conselho Fiscal

Edivaldo de Azevedo Souza (Meré)

Francisca Eunice da Silva

Dalva Maria Lima dos Passos Penante

Suplentes do Conselho Fiscal

Almerindo Leite Farias Filho

Adonis Augusto Marques

Maria Serrat de Oliveira Nascimento

Diretoria Executiva da Sindsep Amapá

Sec. Geral

Hedoelson Silva Uchoa

Sec. Geral Adjunto

Francinaldo Flexa da Costa

Sec. Administração

Josefa do Carmo Camarão

Sec. Administração Adjunto

Luiz Carlos Del Castilo Raiol

Sec. Finanças

Marco Antônio de Lima Nunes

Sec. de Finanças Adjunto

Raimundo Nonato dos Anjos Freire

Sec. de Formação

Conceição Corrêa Medeiros

Sec. Formação Adjunto

Edilene do Socorro Almeida Dias

Sec. Jurídica

Indalecio Vanderlei Mendes da Rocha

Sec. Jurídica Adjunto

Evaldo de Azevedo Souza

Sec. de Imprensa

Maria Neuziana Tavares Castro

Sec. Imprensa Adjunto

Iranilde dos Santos Ribeiro

Sec. R. Internacional

Darci Ferreira da Silva Ferreira

Sec. R. Internacional Adjunto

Katia Cilene Neres Domingos

Sec. Políticas Públicas

Idelci Maria dos Santos Nunes

Sec. Políticas Públicas Adjunto

José Florencio Correa de Matos

Sec. Apos. Pensionistas

José Andre Silva

Sec. Apos. Pensionistas Adjunto

Orquizete Pinto Camilo

Sec. da Mulher

Osenia Maria Sales Sfair

Sec. da Mulher Adjunto

Maria Silvanda Mendes Duarte

Sec. da Juventude

Geovane Grangeiro da Silva

Sec. da Juventude Adjunto

Paulo Pantoja Monteiro

Sec. do Meio Ambiente

Jane Maria Borges Vasconcelos

Sec. do Meio Ambiente Adjunto

Odoelson de Jesus Barbosa

Sec. Saúde Trabalhador

Jorge Moraes Penha

Sec. Saúde do Trabalhador Adjunto

Doraci Agmina Sena

Sec. Polit. a Diversidade

Hildima Ramos da Silva

Sec. Polit. a Diversidade Adjunto

Elizabete do Rosário Monteiro

Diretoria Executiva da Sindsep Amapá

Suplentes de Direção

Maria Hermina Saraiva da Silva
Cleide Maria Dias de Oliveira
Almerindo Leite Farias Filho
José Maria Ferreira Figueiredo
Valdeci Nogueira da Costa
Helena Lúcia Ribeiro Barbosa
Maria Bernadete Macedo Fernandes
João Adeladio R. do Nascimento
Henedina Albuquerque Barcessat
Lucinilda Rosário do Nascimento
Selma Leila Silva Uchôa

Conselho Fiscal Titulares

Orlando Silva dos Santos
José Ronaldo Mota Rachid
Maria Noia Freitas dos Santos

Conselho Fiscal Suplentes

Marta Souza do Livramento
Raimunda das Dores de Miranda
Rildo Martins da Costa

